



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 79, DE 2016

(nº 447/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PUBLICAÇÃO: DSF de 10/08/2016



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 447

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

Os méritos do Senhor Antonio de Aguiar Patriota que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de agosto de 2016.

Brasília, 4 de Agosto de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 511 - C. Civil.

Em 8 de agosto de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

CPF.: 091.856.151-53

ID.: 7533 MRE

1954 Filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota, nasce em 27 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1975 Filosofia pela Universidade de Genebra
1978 CPCD - IRBr
1982 CAD - IRBr
1997 CAE, IRBr, O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva

Cargos:

1979 Terceiro-Secretário
1981 Segundo-Secretário, por merecimento
1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
1993 Conselheiro, por merecimento
1998 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1979-83 Divisão das Nações Unidas, Assistente
1983-86 Delegação Permanente em Genebra, Segundo-Secretário
1986-88 Embaixada em Pequim, Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário e Conselheiro, comissionado
1988-90 Embaixada em Caracas, Primeiro-Secretário
1990-92 Secretaria-Geral de Política Exterior, assessor
1992-94 Presidência da República, Assessoria Diplomática, Adjunto
1994-99 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
1999-2003 Missão Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro
2003-04 Secretaria de Planejamento Diplomático, Secretário
2004-05 Gabinete do Ministro de Estado, Chefe de Gabinete
2005-07 Subsecretaria-Geral Política, Subsecretário-Geral
2007-09 Embaixada em Washington, Embaixador
2009-11 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Secretário-Geral
2011-13 Ministro de Estado das Relações Exteriores
2013-2016 Missão junto às Nações Unidas, Nova York

Publicações:

1998 O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva, Editado pela FUNAG, Brasília
2013 Política Externa Brasileira: discursos, artigos e entrevistas. Editado pela FUNAG, Brasília,

Condecorações:

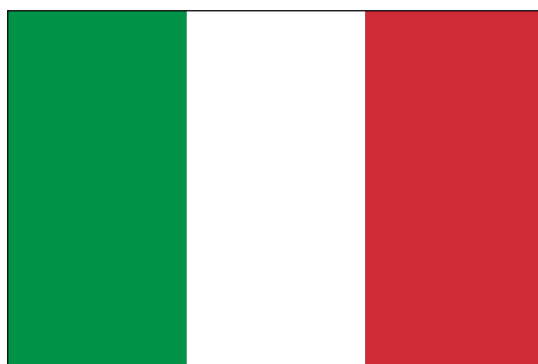
1979 Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Vermeil

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

ITÁLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Julho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A ITÁLIA	
NOME OFICIAL:	República Italiana
GENTÍLICO:	Italiano
CAPITAL:	Roma
ÁREA:	301.333 km ²
POPULAÇÃO:	61.680.122 habitantes (2014)
IDIOMA OFICIAL:	Italiano (oficial), alemão (porções do Trentino-Alto Adige), dialetos regionais
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	católica romana: 87,8%; muçulmana: 1,9%; protestantes: 1,3%; sem religião: 5,8%; outras: 3,8%
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Sergio Mattarella (desde fevereiro de 2015)
CHEFE DE GOVERNO:	Presidente do Conselho de Ministros Matteo Renzi (desde fevereiro de 2014)
CHANCELER:	Paolo Gentiloni Silveri (desde outubro de 2014)
PIB NOMINAL (FMI):	US\$ 1,842 trilhões (est. 2015)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (FMI):	US\$ 2,157 trilhões (est. 2015)
PIB PER CAPITA (FMI):	US\$ 30,6 mil (est. 2015)
PIB PPP PER CAPITA (FMI):	US\$ 35,8 mil (est. 2015)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	0,48%(est.2015), -0,41% (2014); -1.7% (2013); -2,7% (2012); 0,6% (2011); 1,7% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,872 (26º no <i>ranking</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	82,4 anos (2013)
ALFABETIZAÇÃO (2012):	99% (2015)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI 2015):	12,6%
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Antonio Bernardini
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	72.000

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: MICS

BR → Itália	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	4.444	3.997	3.948	5.504	7.811	6.681	11.664	10.817	7.945
Exportações	1.845	1.810	2.209	3.228	4.463	3.016	5.440	4.098	3.270
Importações	2.598	2.186	1.738	2.276	3.347	3.664	6.223	6.719	4.675
Saldo	-753	-376	471	952	1.115	-648	-782	-2.621	-1.405

Informação elaborada pela TS Tânia Mara Ferreira Guerra

APRESENTAÇÃO

A Itália é uma península localizada no centro-sul da Europa. Ao norte, faz fronteira com França, Suíça, Áustria e Eslovênia. Ao sul, é banhada pelo Mediterrâneo. Possui área de 301.333 km². Com 61.680 milhões de habitantes, é o quinto país mais populoso da Europa.

Sua capital, Roma, já foi capital do Império Romano e foi, por muitos anos, sede da Igreja Católica. Assim, exerceu, durante vários séculos, importante papel na formação da civilização e da cultura ocidental. O país, contudo, permaneceu fragmentado em diversos reinos até sua unificação no século XIX.

É membro fundador da União Europeia.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Sergio Mattarella Presidente da República



Nasceu em Palermo, em 23 de julho de 1941. Graduou-se em Direito pela Universidade "La Sapienza", em Roma em 1964. Lecionou Direito até 1983, quando iniciou sua carreira no Parlamento pelo Partido Demócrata Cristão. Foi reeleito até 2008.

Em seus sete mandatos, fez parte da Comissão de Assuntos Constitucionais e da Comissão de Relações Exteriores. De julho de 1987 a julho de 1989, foi Ministro para Relações com o Parlamento. De julho de 1989 a julho de 1990, foi Ministro da Instrução Pública. Entre outubro de 1998 e dezembro de 1999, foi Vice Presidente do Conselho de Ministros.

Em maio de 2009 foi eleito pelo Parlamento como membro do Conselho da Presidência da Justiça Administrativa e, em 5 de outubro de 2011, foi eleito Juiz

Constitucional do Parlamento, tendo ingressado, em 11 de outubro do mesmo ano, na Corte Constitucional.

Em 31 de janeiro de 2015, após a renúncia do Presidente Giorgio Napolitano, foi eleito Presidente da República Italiana.

Matteo Renzi
Presidente do Conselho de Ministros



Matteo Renzi nasceu em Florença, em 11 de janeiro de 1975. Em 1999, graduou-se em Direito pela universidade de sua cidade natal.

Ainda na universidade, Renzo filiou-se ao Partido Popular (PP), dando início a sua carreira política. Em 1999, tornou-se o Secretário provincial do Partido. Em 2004, como candidato de coalizão de centro-esquerda, foi eleito Presidente da Província de Florença, com 58,8% dos votos. Ainda enquanto Presidente da Província de Florença, Renzi filiou-se ao Partido Democrático (PD). Em 2009, foi eleito, pelo PD, Prefeito de Florença, com 47,6% dos votos.

Após 2010, Renzi ganhou projeção na cena política nacional, defendendo a necessidade de profunda reforma no Partido Democrático. Em 2013, Renzi foi eleito Secretário do Partido Democrático.

Em 17 de fevereiro de 2014, Renzi foi encarregado pelo Presidente Giorgio Napolitano da tarefa de constituir novo Governo. Renzi é o mais jovem Primeiro-Ministro da história italiana.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Itália têm longa tradição de relacionamento, com intenso diálogo político, intercâmbio de visões sobre temas da agenda internacional e ampla proximidade social e cultural. Contribuem para tanto o grande número de brasileiros de origem italiana (cerca de 30 milhões), a presença de comunidades brasileiras nas principais cidades italianas e o fluxo turístico de parte a parte (em 2014, 800 mil brasileiros visitaram a Itália, e 228 mil italianos visitaram o Brasil).

Em 2007, o relacionamento bilateral foi elevado à categoria de Parceria Estratégica. O Brasil e a Itália fundamentam essa Parceria na disposição de trabalhar, em articulação, a favor da paz e da segurança internacionais, do respeito aos direitos humanos, do fortalecimento do multilateralismo, da conservação do meio ambiente, do desarmamento e não proliferação e da promoção do desenvolvimento com justiça social. Em abril de 2010, foi assinado o Plano de Ação para aprofundar a Parceria, com 16 áreas-chave para a cooperação entre os dois países. O Plano de Ação prevê uma série de iniciativas em benefício do diálogo político e em matéria espacial, de defesa, economia, comércio, indústria, finanças, energia, cultura e educação, entre outros temas.

Persistem, porém, pontos de contraste na visão política dos dois países, como diferenças de enfoque sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em que a Itália se posiciona de forma contrária às propostas do G4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia). Apesar disso, a visão política dos dois países é coincidente em múltiplos temas da agenda internacional, sobretudo na promoção dos valores da democracia, do respeito ao Estado de Direito e dos direitos humanos. A Itália apoiou a escolha do Embaixador Roberto Azevêdo ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e foi o primeiro país a endossar formalmente a reeleição do Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), José Graziano da Silva, após a apresentação de sua candidatura.

As relações bilaterais Brasil-Itália têm apresentado dinamismo nos últimos anos, com a intensificação do diálogo político nos mais diversos níveis. São marcos desse processo a visita do Senhor Vice-Presidente da República a Roma, em setembro de 2012; o encontro entre a Senhora Presidente da República e o Presidente Giorgio Napolitano, em março de 2013; o encontro entre o então Ministro Luiz Alberto Figueiredo e a Chanceler Emma Bonino, em setembro de 2013; a realização da 6ª reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Financeira e para o Desenvolvimento, em abril de 2015; a visita do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, à Itália em junho de 2015 (ocasião em que manteve reunião com o Chanceler italiano, Paolo Gentiloni, em Roma, e participou da VII Conferência do Instituto Ítalo-Latino-Americano, em Milão, na qual esteve presente o Primeiro-Ministro, Matteo Renzi); a visita da Presidente Dilma

Roussel à Itália em 10 e 11 de julho de 2015; e a visita do Chanceler italiano, Paolo Gentiloni, ao Brasil, em novembro de 2015, atendendo a convite feito pelo então Ministro Mauro Vieira.

Vale ressaltar que a visita de Paolo Gentiloni ao Brasil foi a primeira visita de um chanceler italiano ao país em dez anos. Gentiloni foi acompanhado de numerosa delegação empresarial, que realizou apresentação, a empresários brasileiros, sobre a Itália como destino de investimentos, na sede da FIESP. Em encontro com o então Ministro Mauro Vieira, Gentiloni destacou a dimensão econômico-comercial de sua visita, que teve como objetivo transmitir ao lado brasileiro um sinal da confiança da Itália no Brasil e mostrar que seu país está em recuperação.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Itália é estimada em 72.000 nacionais, de acordo com estimativas constantes do Relatório Consular Anual (RCN) 2015. Segundo dados também de 2015, havia 174 presos brasileiros naquele país, a maior parte (109) por tráfico internacional de drogas. Com a crise econômica europeia, o tamanho da comunidade sofreu queda significativa (de 130.000 para 70.000), mas estabilizou-se por volta de 2011. Atualmente, é possível apontar tendência de aumento do fluxo de brasileiros para a Itália, em razão da crise econômica no Brasil.

Trata-se de uma comunidade com perfil bastante diverso, contando com estudantes, trabalhadores do setor de serviços, donas de casa. É formada essencialmente por mulheres (cerca de três quartos). Há grande número de brasileiros com dupla nacionalidade, além de grande número de casamentos binacionais (formados, em geral, por uma esposa brasileira e um marido italiano). Parte significativa da comunidade brasileira trabalha, entre outros setores, no industrial (como operários), na prestação de serviços domésticos, de limpeza, em restaurantes, bem como nos ramos de entretenimento e construção civil.

Há também um número não insignificante de profissionais do sexo, em particular transgêneros. A situação de vulnerabilidade desses profissionais tem merecido a atenção do Estado brasileiro, como demonstram as ações de mapeamento e enfrentamento ao tráfico de que são vítimas cidadãos brasileiros na Itália e a constante interlocução entre as polícias de ambos os países, com colaboração da Interpol.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Itália.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político italiano é organizado de acordo com o princípio da separação dos poderes: o Poder Legislativo é atribuído ao Parlamento; ao Governo compete o Poder Executivo, e à magistratura, independente do Executivo e do Legislativo, cabe o exercício do Poder Judiciário. O Presidente da República é o cargo máximo do Estado e representa a sua unidade.

O **Presidente da República Italiana**, além de exercer funções de representação da unidade nacional e de garantidor do respeito à carta constitucional, detém ainda prerrogativas de natureza executiva, legislativa e judiciária. Eleito pelo Parlamento, o Chefe de Estado italiano promulga leis, nomeia alguns membros de importantes organismos institucionais, é Comandante Supremo das Forças Armadas, presidente do Conselho Superior da Magistratura, controla recursos extraordinários da administração pública, pode reenviar às casas parlamentares um ato legislativo e conceder anistia.

O **Presidente do Conselho de Ministros** é nomeado pelo Presidente da República, que é livre na sua escolha, embora deva considerar a formação política do parlamento, já que o novo Chefe de Governo precisa receber o “voto de confiança” dos parlamentares para que possa iniciar suas atividades. Logo, tendencialmente, escolhe-se um nome que represente a maioria dos partidos no Parlamento. O Presidente do Conselho é considerado o quarto cargo na hierarquia do Estado, embora, na prática, seja seu principal administrador, bem como um grande articulador político frente ao Parlamento.

O Governo do Primeiro-Ministro Matteo Renzi, que completou dois anos em fevereiro último, firmou-se no poder, por meio da costura de alianças políticas e da proposição de agenda ambiciosa.

Embora tenha ascendido sem ser diretamente eleito, Renzi gozou de índices de popularidade altos no início de seu mandato – em torno de 60%. Nas eleições de maio de 2014 para o Parlamento europeu, seu partido político, o Partido Democrático (de centro-esquerda), conquistou cerca de 40% dos votos dos eleitores italianos – quase o dobro do segundo colocado, o oposicionista e eurocético Movimento Cinco Estrelas (M5E) – e elegeu 31 eurodeputados. A plataforma de Renzi era pró-europeia e favorável ao fim das medidas de austeridade impostas por Bruxelas desde o início da crise do euro.

Recentemente, contudo, sua aprovação popular sofreu com a oposição a algumas das reformas estruturais que seu Governo vem implementando e caiu para menos de 40%. O resultado das últimas eleições municipais na Itália, ocorridas em 19 de junho de 2016, confirmou a ascensão do Movimento Cinco Estrelas como força política no país. O partido elegeu candidatos em Roma e Turim, derrotando os candidatos do PD. O resultado adverso preocupa o governo também por seus efeitos sobre o referendo de outubro, no qual Renzi colocará à prova a continuidade de seu projeto político e sua própria permanência no

governo.

Renzi, o mais jovem Primeiro-Ministro da história italiana, vem conseguindo implementar reformas importantes no plano interno. O projeto político do Governo Renzi está expresso no chamado "Plano de Governo dos Mil Dias", que prevê tom mais firme das conversações com a União Europeia, bem como série de grandes reformas no curto período de três anos, com vistas a conferir maior dinamismo político, social e econômico ao país. Em essência, as reformas são as seguintes: (i) reforma política (com vistas a aumentar a governabilidade de futuros governos); (ii) reforma laboral (garantindo direitos aos trabalhadores); (iii) reforma fiscal (simplificando o sistema tributário italiano); e (iv) reforma escolar (fortalecendo o ensino profissionalizante e melhor remunerando os professores).

POLÍTICA EXTERNA

Os rumos da política exterior italiana estão subordinados à agenda e aos desafios internos do Governo Renzi e à crescente atuação de Bruxelas em matéria de política externa. Um dos desafios centrais do projeto europeu, para o Governo italiano, é a defesa da construção de uma nova Europa, que se reconcilie com os seus cidadãos e com o projeto de integração com legitimidade e seja capaz de oferecer paz e prosperidade. De modo a atingir tais objetivos, a linha de ação externa baseia-se em três pilares: a diplomacia comercial, a Europa e a participação na gestão de crises humanitárias e internacionais.

Do primeiro pilar decorre o objetivo de promover a ação das empresas italianas no exterior. No segundo, Roma trabalha para promover mudanças na Europa, reconhecendo a importância de se colocar em ordem as finanças públicas, sem deixar de ressaltar a necessidade de reformas que criem postos de trabalho e promovam a retomada do crescimento econômico no continente.

Constituem desafios centrais para a Itália a construção de nova política econômica europeia, baseada em estímulos ao crescimento a partir das instituições comunitárias, e a promoção de esforços para uma coordenação bancária e fiscal mais ambiciosa. Tais desafios exigem vontade política de construir alianças com governos afins (como o da vizinha França), de modo a contrastar a liderança de Berlim. A expectativa de saída do Reino Unido da União Europeia também pode alterar a atuação da Itália no bloco. Cabe notar que, logo após a confirmação do voto pelo 'Brexit', em junho de 2016, Renzi foi chamado por Angela Merkel e François Hollande para fazer um pronunciamento conjunto em nome da União Europeia – o único outro líder nacional a receber tal deferência.

Além dos limites europeus, o Mediterrâneo e os países em desenvolvimento que compartilham sua orla marítima são vistos como prioridade incontornável para a Itália, o que implica oportunidades, riscos e responsabilidades, principalmente no que tange ao

terceiro pilar de sua política externa. Esse sentimento ampliou-se com a “Primavera Árabe”, que exigiu apoio e cooperação intensificados, da mesma maneira que representou oportunidades comerciais para as grandes multinacionais italianas. Nesse contexto, a Itália vinha buscando reativar mecanismos de diálogo mediterrâneo, como o Foro Euro-Mediterrâneo e o mecanismo 5+5, que reúne Chanceleres de Espanha, França, Itália, Malta e Portugal, na Europa, e aqueles de Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia (União do Magreb Árabe). O esfacelamento do Estado líbio, o aumento da ameaça terrorista e a grave crise migratória (mais de 170 mil refugiados provenientes do Norte da África entraram irregularmente na Itália em 2014 e 140 mil em 2015) constituem problemas sérios para a liderança de Renzi, tanto no plano externo, quanto no interno. A questão da crise líbia, especialmente, mobiliza cada vez mais a atenção do governo e opinião pública na Itália.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama geral da economia italiana

De acordo com dados do FMI, a Itália ocupou a oitava posição entre as maiores economias do mundo em 2015, com um PIB de US\$ 1,815 trilhão. Atualmente, o país detém o terceiro maior PIB da União Europeia (já desconsiderando o Reino Unido).

O tecido produtivo local é complexo e importante, comportando grandes grupos como ENEL, ENI, FIAT, Leonardo Finmeccanica e Telecom Italia, entre outros. Ademais, o país conta com grande rede de pequenas e médias empresas com alta capacidade de competição em mercados externos. A produção industrial italiana é a segunda maior da Europa.

Após longo período de estagnação, a economia italiana cresceu 0,8% em 2015 – o melhor resultado desde 2011. O PIB segue em expansão moderada no ano em curso. Segundo estimativa do Istat, em 2016, a economia crescerá 1,1%. O principal elemento favorável é a demanda interna, especialmente o consumo das famílias, que vem aumentando de forma sustentada.

A Itália continua a enfrentar, porém, desafios de caráter estrutural, como reduzidos ganhos de produtividade, fatores demográficos negativos, taxas de formação de capital declinantes, falta de liquidez e de crédito disponíveis para as empresas, profundas diferenças de renda e de dinamismo entre as regiões do sul e do norte, e alto grau de endividamento do Estado e do setor privado.

Outra questão que segue em evidência é o tema dos créditos deteriorados detidos pelos bancos italianos. Enquanto a média europeia de “non performing loans” (NPL) é de 3,2%, na Itália, os créditos de difícil recuperação correspondem a 18,7% do total dos empréstimos. Em casos mais críticos, como o do Monte dei Paschi di Siena, os créditos

“podres” equivalem a mais de 30% da carteira. Segundo dados do Banco Central italiano, referentes ao terceiro trimestre de 2015, o total de créditos deteriorados chega a mais de 340 bilhões de euros.

Após a eclosão da crise de 2008, o governo italiano decidiu não fornecer ajuda pública aos bancos em dificuldades. Tal medida não comprometeu o sistema bancário até o momento, mas o deixou em estado de permanente tensão. Não sendo mais possível utilizar recursos públicos para o resgate de bancos, em decorrência da entrada em vigor das regras europeias de união bancária, a Itália vem discutindo formas alternativas de fortalecimento do sistema. A principal medida tomada até o momento foi o estabelecimento de fundo, formado por capitais privados, com o objetivo de evitar quebras no setor. Não está claro, até o momento, o grau de efetividade do fundo em caso de agravamento da situação do sistema bancário.

Com relação ao mercado de trabalho, a estratégia do governo Renzi, de atribuir prioridade à reforma da legislação trabalhista – que introduziu normas menos rígidas para demissão e contratação – e de conceder incentivos fiscais para empresas que contratem, parece estar dando alguns resultados. Os dados mais recentes, referentes a abril do ano corrente, indicam que o índice de desemprego está em 11,7%, valor semelhante ao de janeiro de 2013 e significativamente inferior ao pico de 13,1% registrado em novembro de 2014. Apesar desta melhora, a taxa de desocupação ainda é mais elevada do que era antes da eclosão da crise econômica (em 2007, o índice estava em cerca de 6%). Entre os jovens, a desocupação também continua em patamar alto, atingindo 36,9% desse extrato da população.

A Itália detém a segunda maior dívida pública (como proporção do PIB) da Europa, atrás apenas da Grécia. Segundo dados do EUROSTAT referentes ao 4º trimestre de 2015, o débito do estado italiano equivaleria a cerca de 132,7% do PIB. Desde 1995, o estado italiano vem produzindo superávits primários do orçamento público em quase todos os anos. Esse esforço fiscal, contudo, não foi suficiente para conter o aumento da dívida pública como proporção do PIB - em razão do baixo índice de crescimento econômico verificado durante o período e do alto estoque de débito acumulado. Também preocupante é o valor total da dívida do setor privado italiano, equivalente a cerca de 120% do PIB.

Cabe ressaltar, no entanto, que o atual momento oferece oportunidade de inversão da tendência de crescimento da relação dívida pública/PIB. Por um lado a economia italiana se vem expandindo, e por outro, a percepção de risco dos títulos públicos se mantém em patamar razoavelmente baixo. O diferencial pago pelos títulos da dívida italiana em relação a seus equivalentes alemães (“spread”) retornou ao nível de 2010, o que representou economia de cerca de 3 bilhões de euros para o Tesouro italiano em 2015. Nesse quadro, o Ministério de Economia e Finanças prevê que a relação dívida/PIB deve começar a decrescer a partir do ano em curso, chegando a 120% em 2019.

No âmbito da União Europeia, o governo Renzi trabalha para promover mudanças na política econômica do bloco, a partir da percepção de que Bruxelas segue modelo excessivamente concentrado no rigor fiscal e orçamentário. Para o atual governo italiano, mais importante seriam a criação de postos de trabalho e a promoção de investimentos, ainda que a custo de alguma flexibilidade fiscal.

Apesar de tecer algumas críticas a Bruxelas, o primeiro-ministro Matteo Renzi considera-se europeísta e favorável ao fortalecimento da UE, em contraste com seus principais adversários, provenientes de agremiações políticas mais “eurocéticas”. Após a vitória do “Brexit” na consulta popular sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia, Renzi lamentou o resultado do referendo e exaltou a solidez da economia italiana, minimizando as possíveis consequências do “Brexit” para o país. A bolsa de Milão, contudo, foi um dos mercados mais afetados pelo resultado da consulta pública, perdendo mais de 15% de seu valor nos dois dias que se seguiram ao referendo.

Comércio exterior

É importante a dimensão econômica do relacionamento. A Itália foi o nono maior parceiro comercial brasileiro em 2015 e 2º no âmbito da UE, de acordo com as estatísticas italianas. De 2009 a 2015, o intercâmbio comercial bilateral cresceu cerca de 19%, passando de US\$ 6,67 bilhões para US\$ 7,95 bilhões. No entanto, as trocas comerciais registraram queda em 2015 na comparação com 2014, de 23%.

Em 2015, houve redução do déficit brasileiro (39%), que passou de 2,3 bilhões de dólares para 1,4 bilhão de dólares no período. As exportações diminuíram 18,7%, alcançando US\$ 3,3 bilhões, enquanto as importações apresentaram redução de 26%, totalizando US\$ 4,7 bilhões. Há déficits no intercâmbio comercial, em desfavor do Brasil, desde 2009.

O perfil das exportações brasileiras para a Itália é majoritariamente composto por produtos primários (café e pastas de madeira). No terreno das importações, destaca-se o item máquinas mecânicas na composição majoritária da pauta, com 36,6%.

Investimentos

A tradicional presença de empresas de origem italiana no tecido produtivo brasileiro ganhou novo ímpeto nos últimos anos, com interesse renovado nas oportunidades que a economia brasileira oferece. Em que pese o agravamento da crise econômica mundial, os investimentos italianos no Brasil aumentaram, e o intercâmbio bilateral manteve-se estável. Em 2015, a Itália continuou entre os 10 principais investidores no Brasil, com inversões no valor de US\$ 1,7 bilhões.

O Brasil é considerado mercado prioritário para a internacionalização das empresas italianas. Em censo realizado pela Embaixada da Itália no Brasil, estima-se em

mais de 1.200 o número de empresas de origem italiana operando no País.

Os investimentos italianos são de grande importância para o Brasil e existe espaço para que aumentem consideravelmente nos próximos anos. Prejudicadas pela estagnação, e mesmo redução, do consumo interno, as empresas locais buscam nos mercados externos soluções para a crise, contexto em que o Brasil assumiu posição central em suas estratégias.

Os setores mais estratégicos para empresas italianas interessadas em investir no Brasil são os de infraestrutura e construção; energia e meio ambiente, incluindo geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás, energias renováveis e tratamento de resíduos; mecânica instrumental; máquinas em geral; mecanização agrícola e embalagens; automotivo; sanitário; e biotecnológico; além dos setores agroalimentares tradicionais.

Os italianos parecem perceber as vantagens de investir no país, para além de objetivos limitados ao incremento das exportações, e buscam parceiros brasileiros para a formação de "joint-ventures", ou outras modalidades de associação, inclusive entre PMEs, área em que a experiência italiana continua a ser uma referência para todo o mundo. Os estereótipos sobre o Brasil, embora ainda existam, começam a ceder lugar à imagem de um Brasil moderno e em transformação, contribuindo para a atração de empreendedores italianos com pouca experiência nos negócios internacionais.

Paralelamente, os investimentos brasileiros ainda são pouco significativos em território italiano, o que se explicaria, em parte, pela limitada divulgação das oportunidades de negócios com o segundo país industrial da Europa. A crise italiana criou novas e desafiadoras oportunidades para o setor privado, que pode encontrar na Itália grande diversidade de empresas à venda, com promissores negócios e tecnologias de ponta, a preços muito mais acessíveis em comparação ao período pré-crise. Cumpre registrar, ainda, que o Governo italiano está empreendendo esforços para tornar o ambiente de negócios na Itália mais flexível e moderno, e a agência italiana de atração de investimentos, a INVITALIA, busca incentivar a atração de capital estrangeiro.

Os investimentos italianos no Brasil cobrem ampla gama de setores. Estima-se que existam mais de 1.200 empresas italianas no Brasil. Os investimentos com maiores aportes de recursos são os de empreendimentos imobiliários, telefonia, comércio atacadista de alimentos, fabricação de máquinas e equipamentos, peças e acessórios para veículos.

A FIAT anunciou investimentos de cerca de R\$ 7 bilhões na construção de sua segunda fábrica de automóveis no Brasil, em Goiana, no litoral pernambucano, inaugurada em 2015. Com capacidade para produzir até 250 mil unidades por ano, a nova fábrica da FIAT será dedicada a carros da marca da CHRYSLER, montadora americana cuja aquisição foi concluída pela FIAT em 2014. Ademais, o grupo está investindo R\$ 6 bilhões na ampliação de sua fábrica em Betim, inaugurada há 38 anos. Os aportes nas fábricas de Betim e de Goiana estão incluídos no programa de investimento de R\$ 15 bilhões que o grupo fará até 2016. Líder de vendas no Brasil, o grupo automotivo pretende chegar à

produção de cinco milhões de veículos em 2016

Merecem destaque, ainda, os investimentos italianos no setor de energia. A companhia italiana ENEL possui mais de 700 MW de potência instalada em empreendimentos de energia eólica no Brasil, pequenas centrais hidrelétricas e energia solar, além de projeto-piloto de rede elétrica inteligente ("smart grid") na localidade de Búzios, no Rio de Janeiro. Ademais, no 6º Leilão de Energia de Reserva 2014, ocorrido em outubro de 2014, a sua filial EGP, que atua na geração de energia por meio de fontes renováveis, conquistou o direito de construir 254 MW de potência de energia fotovoltaica (de um total de 889,6 MW ofertados). Tratou-se do primeiro leilão em que a energia solar teve papel de destaque, e o desempenho da EGP somente reforçou o compromisso e a aposta da empresa no promissor mercado brasileiro.

A presença brasileira na Itália, em contrapartida, ainda é bastante limitada. Os investimentos brasileiros na Itália são pouco significativos. Entre 2006 e 2012, o Brasil registrou fluxo de IED de cerca de US\$ 450 milhões no país. Existem pouco mais de 10 empresas brasileiras de maior porte operando em território italiano, entre as quais o BANCO DO BRASIL (bancário), a RIGAMONTI (alimentício), a RÁDIO ANTENA 1 (comunicação), a JBS ITÁLIA (couros), a EMBRACO (compressores para refrigeração) e a ALPARGATAS (calçados).

Investimentos Diretos Itália-Brasil (em US\$ milhões)										
	Estoque			Fluxo						
	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (jan-mai)
Origem: Itália	18.246 (8º)	17.870 (10)*	17.092 (9º)	300	457	986	902 (13º)	868 (13º)	1.720 (9º)	855 (6º)
Origem: Brasil	191	210 (30º)	209 (28º)	34	21	13	17	8	21	3 (29)

Dados do Banco Central do Brasil

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1861	Unificação da Itália pelo Rei Vitório Emanuel II da Sardenha e Piemonte.
1870	Anexação de Roma (Papa “prisioneiro no Vaticano”); cidade é declarada capital do Reino da Itália.
1914	I Guerra: Itália, inicialmente neutra, depois se junta aos aliados.
1922	Início da ditadura fascista de Benito Mussolini.
1929	Tratado de Latrão: Papa obtém a soberania da Cidade do Vaticano.
1939	II Guerra: “Eixo” entre Itália, Alemanha e Japão.
1943	Itália é invadida pelos aliados; cai a ditadura de Mussolini; a Itália se rende.
1946	Aprovada, em plebiscito, a instauração do sistema republicano.

1951	A Itália filia-se à CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).
1955	A Itália torna-se membro da ONU.
1957	Criação da Comunidade Econômica Europeia; a Itália é membro fundador.
1963	Formação de um governo de centro-esquerda; Aldo Moro torna-se Primeiro-Ministro.
1972	Giulio Andreotti torna-se Primeiro-Ministro, cargo que ocuparia 7 vezes em 20 anos.
1978	Ex-Primeiro-Ministro Aldo Moro é sequestrado e executado pela Brigadas Vermelhas.
1980	Atentado a bomba em Bolonha é atribuído a extremistas de direita.
1983	Formação de novo governo liderado por Bettino Craxi (socialista).
1984	Acordo com o Vaticano: a religião católica deixa de ser a oficial do país.
1985	Francesco Cossiga eleito Presidente pelos democratas-cristãos.
1987	Renúncia do Primeiro-Ministro Bettino Craxi, que é sucedido pelos democratas-cristãos.
1993	Implicado na operação "Mãos Limpas", Craxi renuncia à liderança do PSI.
1994	Aliança da Liberdade vence as eleições. Craxi foge para a Tunísia.
1995	Lamberto Dini lidera governo de tecnocratas.
1996	Coalizão de centro-esquerda vence as eleições. Romano Prodi torna-se Primeiro-Ministro.
1998	Voto de desconfiança contra Romano Prodi. Massimo D'Alema é Primeiro-Ministro.
1999	Itália adota o Euro; Carlo Ciampi é eleito Presidente.
2000	Renúncia de Massimo D'Alema; Giuliano Amato assume como Primeiro-Ministro.
2001	Vitória de Silvio Berlusconi, liderando coalizão de centro-direita.
2002	Lei permite a Berlusconi conservar o controle de suas empresas enquanto Primeiro-Ministro.
2006	Vitória, por pequena margem, de Romano Prodi nas eleições gerais.
2007	Derrota de Romano Prodi no Senado; recondução de Prodi ao Governo.
2008	Eleições gerais, com vitória de Silvio Berlusconi.
2014	Eleição de Matteo Renzi para Presidente do Conselho de Ministros.
2015	Renúncia de Giorgio Napolitano; Sergio Mattarella é eleito Presidente da República.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1861	Reconhecimento do Reino da Itália pelo Império brasileiro.
1870	Início da imigração italiana para o Brasil.
1891	Reconhecimento da República brasileira pela Itália.
1902	O Governo italiano proíbe a emigração subsidiada para o Brasil.
1942	Brasil decreta guerra à Alemanha e à Itália.
1944	Embarque do primeiro contingente de tropas da FEB para a Itália; Restabelecimento pleno das relações diplomáticas Brasil-Itália.
1965	Primeira visita ao Brasil de um Presidente italiana (Giuseppe Saragat).
1975	Visita do Chanceler Azeredo da Silveira à Itália (a primeira missão bilateral importante desde 1965, após o que as relações econômicas foram efetivamente dinamizadas).

1997	Visita de Estado à Itália do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
2000	Visita de Estado ao Brasil do Presidente Carlo Azeglio Ciampi.
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Itália.
2006	I Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Financeira, Industrial e para o Desenvolvimento, em Roma.
2007	Visita ao Brasil do Presidente do Conselho de Ministros Romano Prodi (março); II Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Brasília.
2008	III Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Roma; Visita de Estado à Itália do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (novembro).
2009	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Itália, para a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar da FAO, e encontro com o Primeiro-Ministro Berlusconi; Consultas Políticas Bilaterais e IV Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Brasília.
2010	Encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi em Washington (12 de abril), à margem da Cúpula sobre Segurança Nuclear; visita à Itália do Ministro Nelson Jobim, para participar das celebrações do 65º aniversário do fim da II Guerra (22-27 de abril); visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi (28-29 de junho).
2010	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi (29 de junho).
2011	Visita a Roma do Ministro Antonio de Aguiar Patriota
2012	Visita a Roma do Vice-Presidente da República, Michel Temer, que manteve encontro com o Presidente da República, Giorgio Napolitano, e com Ministros de Estado.
2013	Encontro, na Itália, entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Giorgio Napolitano.
2015	Visita à Itália da Presidente Dilma Rousseff, que manteve encontros com o Presidente da República Italiana, Sergio Mattarella, e com o Primeiro-Ministro Matteo Renzi.
2015	Visita à Itália do Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira, que manteve encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, Paolo Gentiloni.
2015	Encontro do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, Paolo Gentiloni, com o Vice-Presidente da República, Michel Temer, em Brasília. O Ministro Gentiloni manteve encontro, também, com o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Ajuste Complementar Técnico ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana Sobre Cooperação em Matéria de Defesa, Relacionado à Cooperação no Campo Aeroespacial	30/09/2014	Tramitação Congresso Nacional	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação na Área de	21/06/2012	Tramitação Ministérios/Casa Civil	

Bioenergia			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Proteção Mútua de Informação Classificada.	22/11/2010	Situação especial	
Acordo entre o Brasil e a Itália sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico-Administrativo	11/11/2008	Em Promulgação	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação em Defesa	11/11/2008	Situação especial	13/08/2010
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	23/10/2008	Em Promulgação	
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	27/03/2008	Situação especial	
Acordo de Cooperação Cultural.	12/02/1997	09/10/1998	26/10/1998
Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	12/02/1997	15/05/1998	02/07/1998
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/02/1997	19/03/1999	06/05/1999
Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento.	12/02/1997	25/09/1998	16/12/1998
Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo.	11/12/1991	26/07/1995	09/10/1995
Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal	17/10/1989	01/08/1993	12/07/1993
Tratado Relativo à Cooperação Judiciária e ao Reconhecimento e Execução de Sentenças em Matéria Civil	17/10/1989	01/06/1995	03/05/1995
Tratado de Extradicação	17/10/1989	01/08/1993	12/07/1993
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.	18/10/1982	28/08/1984	03/10/1984

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e Protocolo Adicional.	03/10/1978	24/04/1981	08/05/1981
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	30/10/1972	30/05/1980	30/07/1980
Acordo Sanitário para a Importação de Carnes pela Itália.	30/10/1972	14/11/1972	27/11/1972
Acordo de Co-Produção Cinematográfica	09/11/1970	04/07/1974	18/07/1974
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo.	06/10/1970	06/10/1970	01/06/1971
Acordo sobre Direitos Autorais.	06/09/1963	06/09/1963	22/10/1963
Acordo de Migração.	09/12/1960	26/02/1965	11/02/1966
Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns.	21/04/1960	01/06/1960	12/05/1960
Acordo de Cooperação para o Uso Pacífico de Energia Nuclear.	06/12/1958	19/04/1963	27/05/1963
Acordo sobre Serviço Militar.	06/09/1958	15/01/1965	09/06/1965
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.	06/09/1958	06/09/1958	20/09/1958
Ajuste sobre Cooperação Econômica.	30/04/1956	30/04/1956	06/08/1956
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	25/01/1951	04/09/1952	20/05/1952

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos da Itália

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-1,75%	-0,34%	0,76%	0,95%	1,15%
PIB nominal (US\$ trilhões)	2,13	2,14	1,82	1,85	1,90
PIB nominal "per capita" (US\$)	35.704	35.239	29.867	30.232	30.995
PIB PPP (US\$ trilhões)	2,11	2,13	2,17	2,21	2,27
PIB PPP "per capita" (US\$)	35.284	35.095	35.708	36.191	36.990
População (milhões de habitantes)	59,69	60,78	60,80	61,15	61,35
Desemprego (%)	12,13%	12,64%	11,89%	11,39%	10,89%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,67%	-0,08%	0,08%	0,52%	0,84%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	0,89%	1,91%	2,13%	2,27%	1,96%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,72	0,83	0,92	0,92	0,91

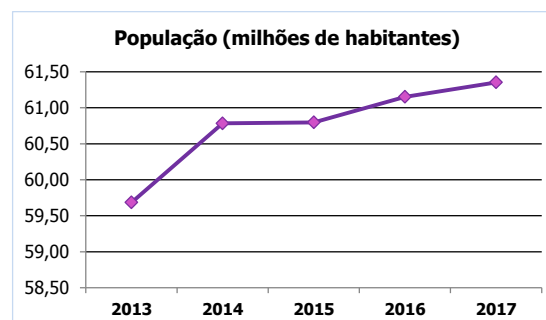
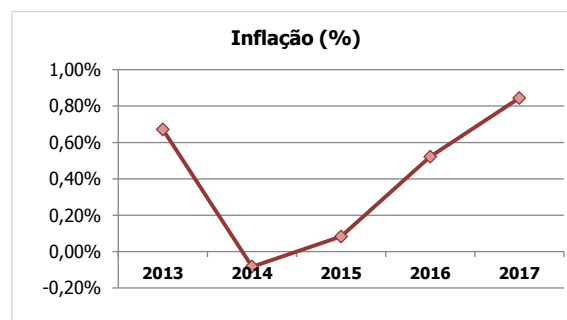
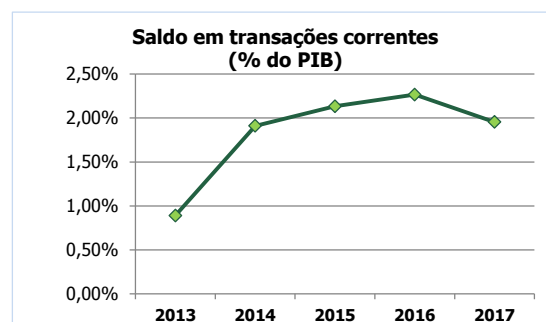
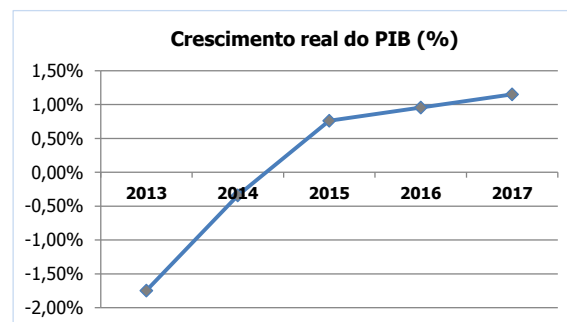
Origem do PIB (2015 Estimativa)

Agricultura	2,2%
Indústria	23,6%
Serviços	74,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report June 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

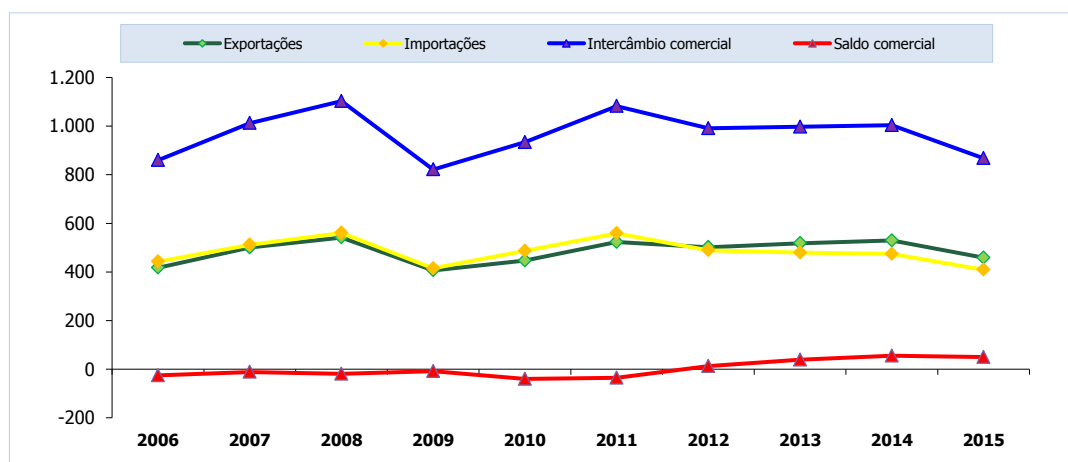
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior da Itália
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	417	11,9%	443	15,0%	860	13,5%	-25
2007	500	19,9%	512	15,6%	1.012	17,7%	-12
2008	542	8,3%	561	9,6%	1.103	9,0%	-19
2009	406	-25,0%	415	-26,1%	821	-25,5%	-8
2010	447	9,9%	487	17,4%	934	13,7%	-40
2011	523	17,1%	559	14,8%	1.082	15,9%	-36
2012	502	-4,2%	489	-12,5%	991	-8,5%	12
2013	518	3,3%	479	-2,0%	997	0,7%	39
2014	530	2,2%	474	-1,1%	1.004	0,6%	55
2015	459	-13,4%	409	-13,7%	868	-13,5%	50
2016(jan-mar)	109	-2,2%	99	-4,2%	209	-3,1%	10
Var. % 2006-2015	10,0%	--	-7,6%	--	0,9%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

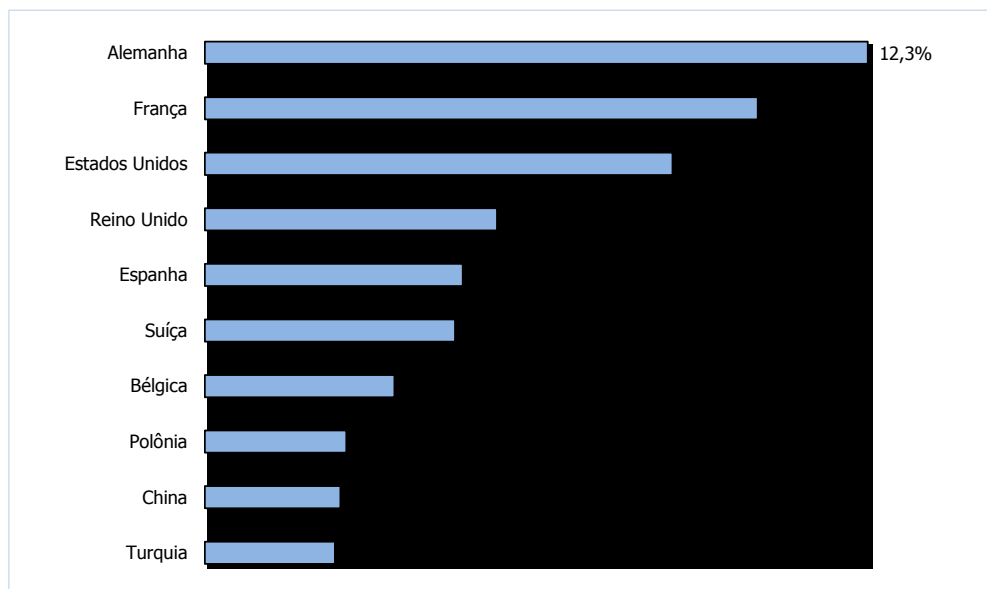


Direção das exportações da Itália
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part. % no total
Alemanha	56,6	12,3%
França	47,2	10,3%
Estados Unidos	39,9	8,7%
Reino Unido	24,9	5,4%
Espanha	22,0	4,8%
Suíça	21,3	4,7%
Bélgica	16,2	3,5%
Polônia	12,1	2,6%
China	11,6	2,5%
Turquia	11,1	2,4%
...		
Brasil (24ª posição)	4,3	0,9%
Subtotal	267,1	58,2%
Outros países	191,7	41,8%
Total	458,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais destinos das exportações

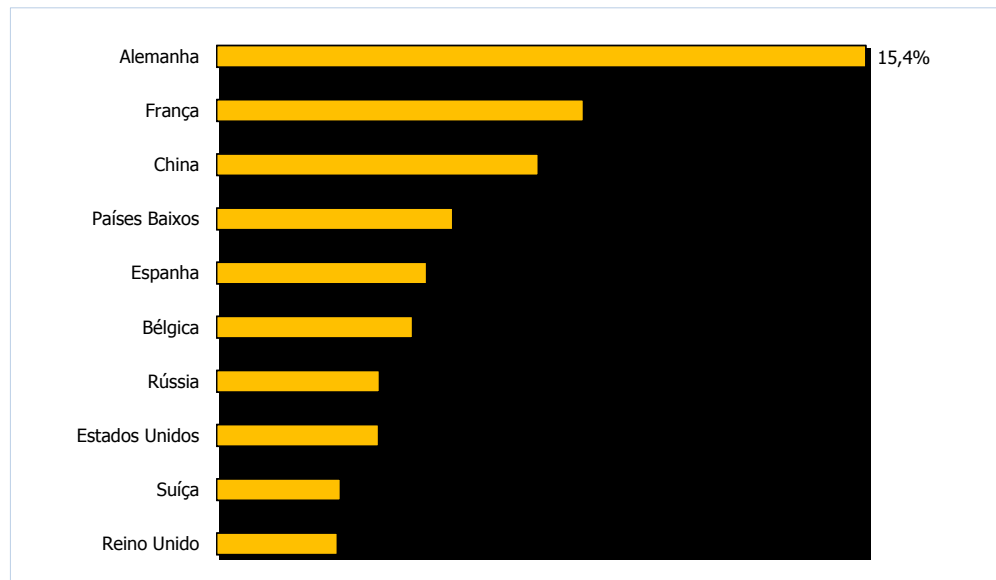


Origem das importações da Itália
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part. % no total
Alemanha	63,0	15,4%
França	35,6	8,7%
China	31,2	7,6%
Países Baixos	22,9	5,6%
Espanha	20,4	5,0%
Bélgica	19,0	4,7%
Rússia	15,8	3,9%
Estados Unidos	15,7	3,8%
Suíça	12,0	2,9%
Reino Unido	11,7	2,9%
...		
Brasil (24ª posição)	3,6	0,9%
Subtotal	251,1	61,4%
Outros países	157,9	38,6%
Total	409,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais origens das importações

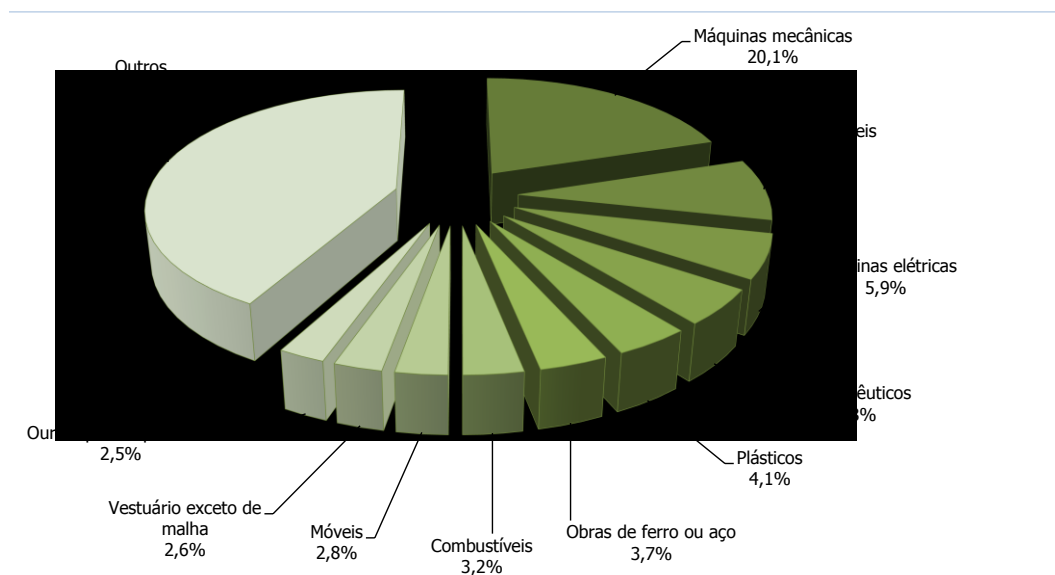


Composição das exportações da Itália
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas mecânicas	92,3	20,1%
Automóveis	38,0	8,3%
Máquinas elétricas	27,1	5,9%
Farmacêuticos	22,0	4,8%
Plásticos	18,7	4,1%
Obras de ferro ou aço	16,8	3,7%
Combustíveis	14,8	3,2%
Móveis	12,8	2,8%
Vestuário exceto de malha	11,9	2,6%
Ouro e pedras preciosas	11,6	2,5%
Subtotal	266,0	58,0%
Outros	192,8	42,0%
Total	458,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

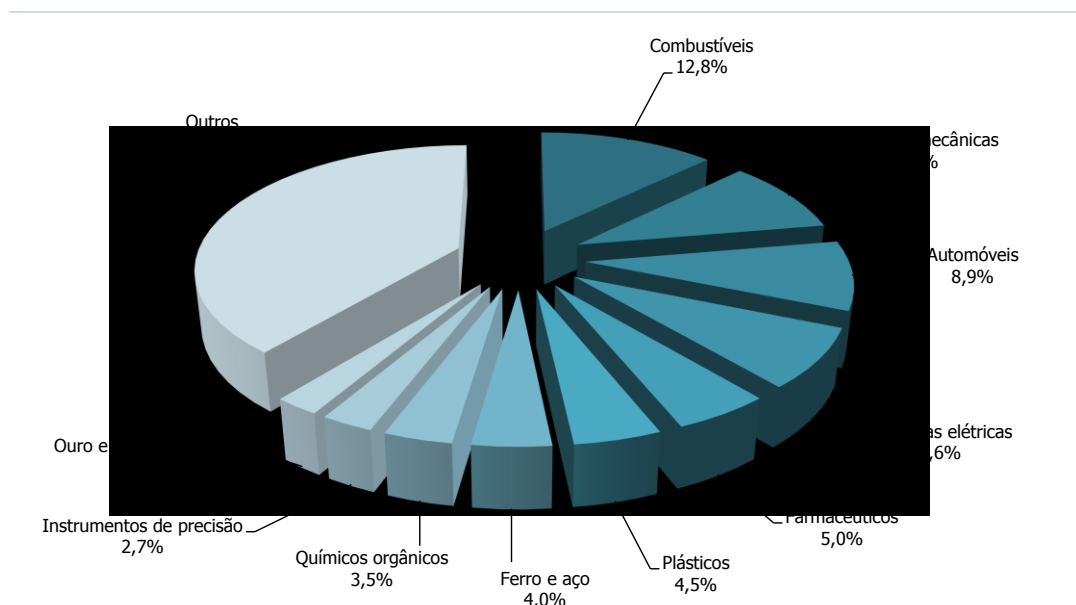


US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	52,2	12,8%
Máquinas mecânicas	39,0	9,5%
Automóveis	36,3	8,9%
Máquinas elétricas	31,2	7,6%
Farmacêuticos	20,6	5,0%
Plásticos	18,3	4,5%
Ferro e aço	16,5	4,0%
Químicos orgânicos	14,3	3,5%
Instrumentos de precisão	11,0	2,7%
Ouro e pedras preciosas	9,6	2,4%
Subtotal	249,0	60,9%
Outros	160,0	39,1%
Total	409,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

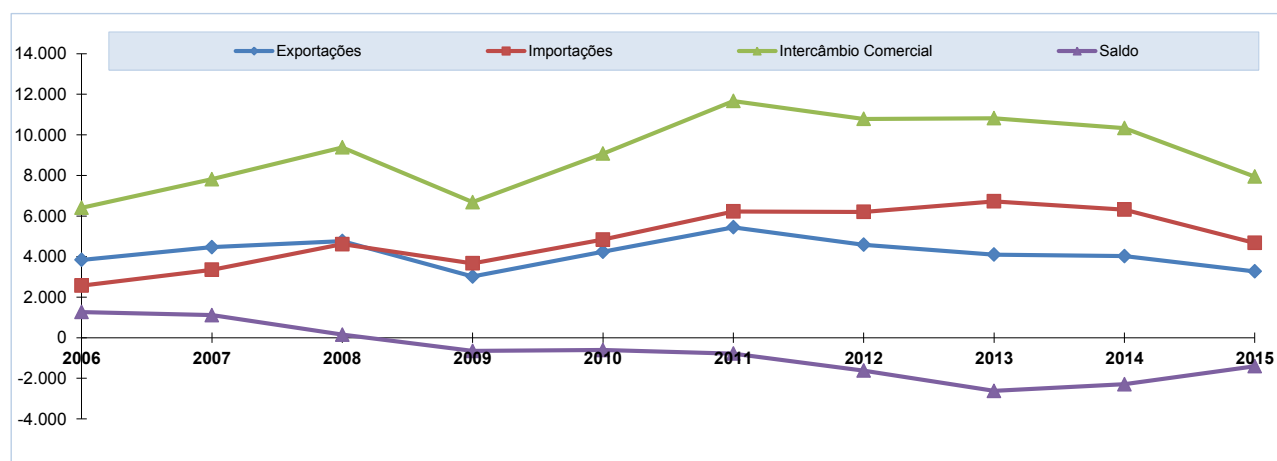
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Itália
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	3.836	18,8%	2,78%	2.570	12,9%	2,81%	6.407	16,4%	2,80%	1.266
2007	4.464	16,4%	2,78%	3.348	30,2%	2,78%	7.812	21,9%	2,78%	1.116
2008	4.765	6,8%	2,41%	4.613	37,8%	2,67%	9.378	20,1%	2,81%	152
2009	3.016	-36,7%	1,97%	3.665	-20,5%	2,87%	6.681	-28,8%	2,38%	-649
2010	4.235	40,4%	2,10%	4.838	32,0%	2,66%	9.073	35,8%	2,36%	-603
2011	5.441	28,5%	2,13%	6.223	28,6%	2,75%	11.664	28,6%	2,42%	-782
2012	4.581	-15,8%	1,89%	6.202	-0,3%	2,78%	10.782	-7,6%	2,31%	-1.621
2013	4.098	-10,5%	1,69%	6.719	8,3%	2,80%	10.817	0,3%	2,25%	-2.621
2014	4.021	-1,9%	1,79%	6.312	-6,1%	2,75%	10.332	-4,5%	2,27%	-2.291
2015	3.270	-18,7%	1,71%	4.675	-25,9%	2,73%	7.946	-23,1%	2,19%	-1.405
2016 (jan-mai)	1.401	4,8%	0,73%	1.508	-29,5%	0,88%	2.909	-16,3%	2,28%	-107
Var. % 2006-2015	-14,8%	--	--	81,9%	--	--	24,0%	--	--	n.c.

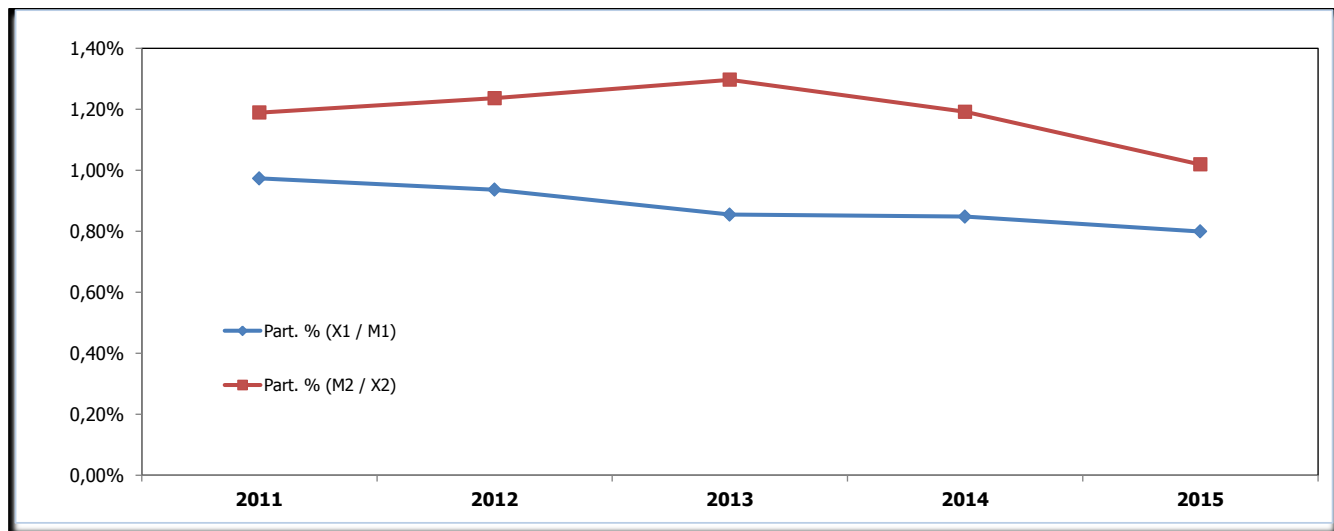
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Part. % do Brasil no comércio da Itália
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a Itália (X1)	5.441	4.581	4.098	4.021	3.270	-39,9%
Importações totais da Itália (M1)	558.832	489.104	479.336	474.083	408.971	-26,8%
Part. % (X1 / M1)	0,97%	0,94%	0,85%	0,85%	0,80%	-17,9%
Importações do Brasil originárias da Itália (M2)	6.223	6.202	6.719	6.312	4.675	-24,9%
Exportações totais da Itália (X2)	523.256	501.529	518.095	529.529	458.751	-12,3%
Part. % (M2 / X2)	1,19%	1,24%	1,30%	1,19%	1,02%	-14,3%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Itália e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

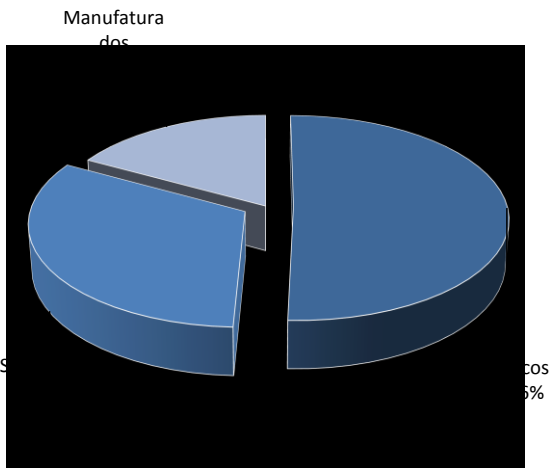


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

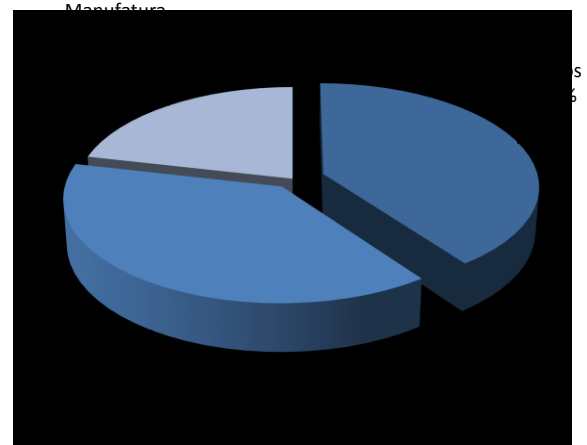
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

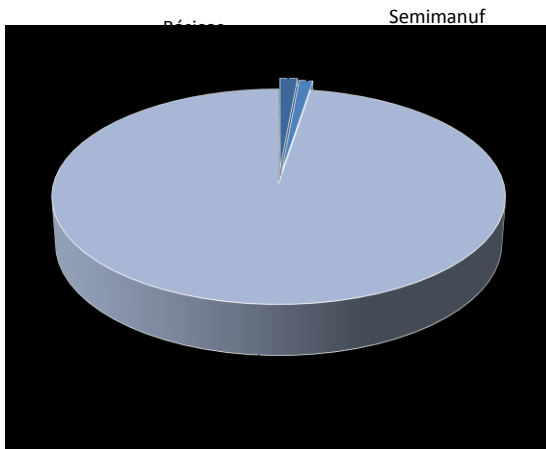


2015

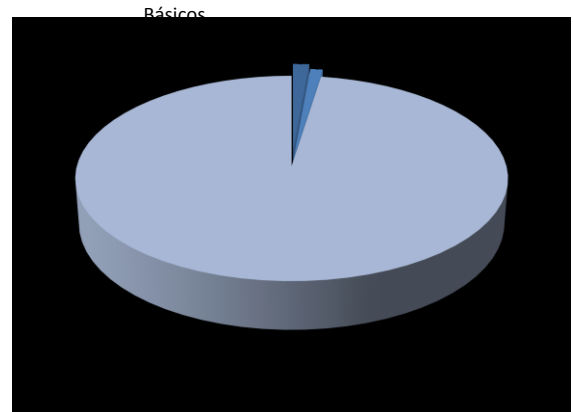


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

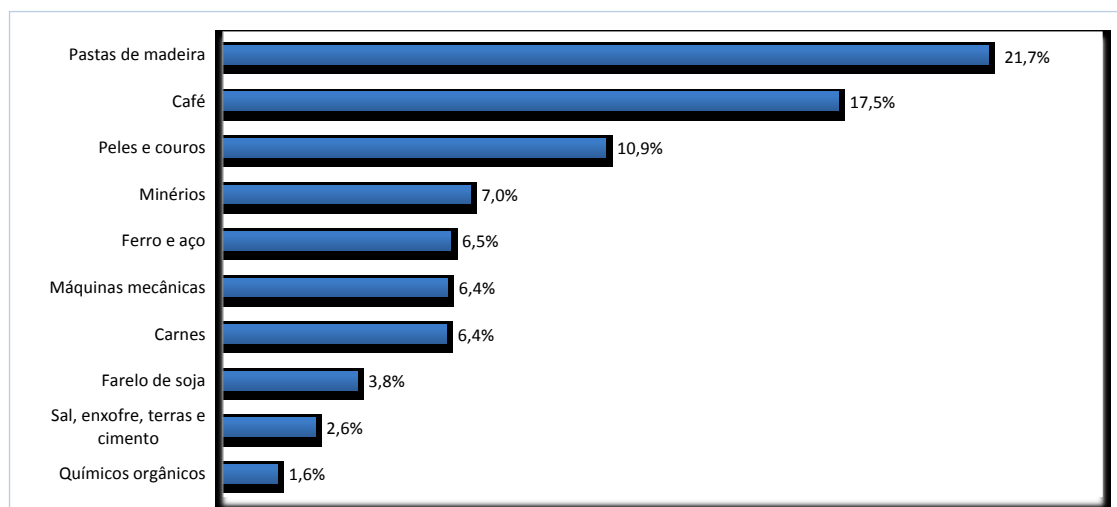
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Itália
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Pastas de madeira	468	11,4%	600	14,9%	711	21,7%
Café	456	11,1%	554	13,8%	572	17,5%
Peles e couros	514	12,5%	425	10,6%	356	10,9%
Minérios	826	20,2%	631	15,7%	230	7,0%
Ferro e aço	133	3,2%	229	5,7%	212	6,5%
Máquinas mecânicas	233	5,7%	191	4,8%	209	6,4%
Carnes	199	4,9%	225	5,6%	208	6,4%
Farelo de soja	177	4,3%	178	4,4%	125	3,8%
Sal, enxofre, terras e cimento	72	1,8%	84	2,1%	86	2,6%
Químicos orgânicos	69	1,7%	59	1,5%	51	1,6%
Subtotal	3.147	76,8%	3.176	79,0%	2.760	84,4%
Outros produtos	951	23,2%	845	21,0%	510	15,6%
Total	4.098	100,0%	4.021	100,0%	3.270	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

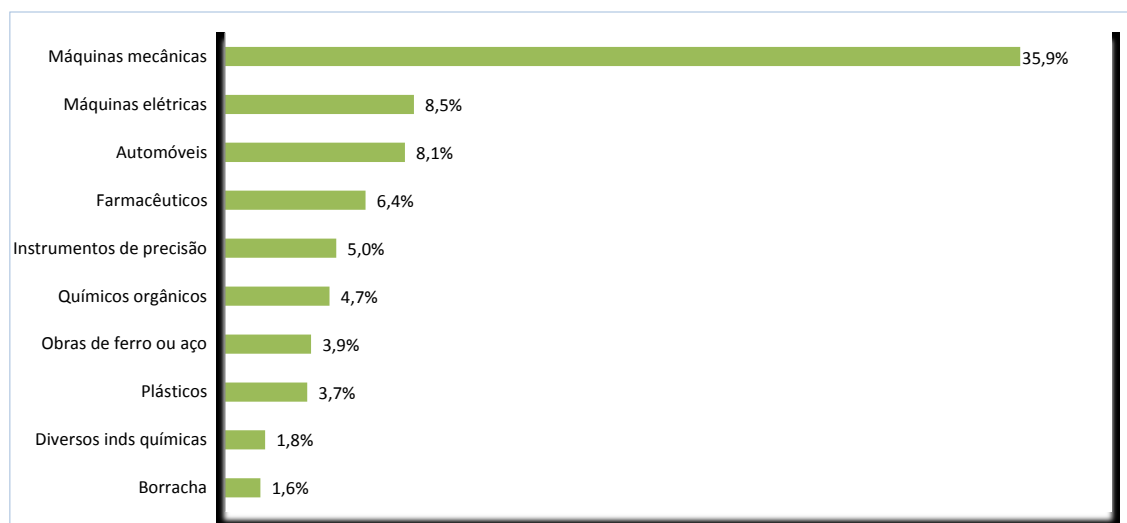


Composição das importações brasileiras originárias da Itália
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	2.541	37,8%	2.261	35,8%	1.678	35,9%
Máquinas elétricas	473	7,0%	523	8,3%	399	8,5%
Automóveis	686	10,2%	533	8,4%	380	8,1%
Farmacêuticos	381	5,7%	464	7,4%	297	6,4%
Instrumentos de precisão	249	3,7%	265	4,2%	235	5,0%
Químicos orgânicos	234	3,5%	218	3,5%	221	4,7%
Obras de ferro ou aço	287	4,3%	241	3,8%	182	3,9%
Plásticos	244	3,6%	223	3,5%	174	3,7%
Diversos inds químicas	119	1,8%	105	1,7%	85	1,8%
Borracha	107	1,6%	104	1,6%	75	1,6%
Subtotal	5.321	79,2%	4.937	78,2%	3.726	79,7%
Outros produtos	1.398	20,8%	1.375	21,8%	949	20,3%
Total	6.719	100,0%	6.312	100,0%	4.675	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Pastas de madeira	262	19,6%	278	19,8%	Pastas de madeira 19,8%
Café	252	18,9%	191	13,6%	Café 13,6%
Peles e couros	171	12,8%	136	9,7%	Peles e couros 9,7%
Minérios	88	6,6%	105	7,5%	Minérios 7,5%
Soja em grãos e sementes	20	1,5%	104	7,4%	Soja em grãos e sementes 7,4%
Ferro e aço	77	5,8%	84	6,0%	Ferro e aço 6,0%
Máquinas mecânicas	77	5,8%	73	5,2%	Máquinas mecânicas 5,2%
Carnes	78	5,8%	72	5,1%	Carnes 5,1%
Ouro e pedras preciosas	1	0,1%	49	3,5%	Ouro e pedras preciosas 3,5%
Farelo de soja	67	5,0%	38	2,7%	Farelo de soja 2,7%
Subtotal	1.093	81,8%	1.130	80,7%	
Outros produtos	243	18,2%	271	19,3%	
Total	1.336	100,0%	1.401	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Máquinas mecânicas	752	35,1%	553	36,7%	Máquinas mecânicas 36,7%
Máquinas elétricas	221	10,3%	111	7,4%	Máquinas elétricas 7,4%
Automóveis	186	8,7%	107	7,1%	Automóveis 7,1%
Farmacêuticos	126	5,9%	99	6,6%	Farmacêuticos 6,6%
Químicos orgânicos	82	3,8%	82	5,4%	Químicos orgânicos 5,4%
Plásticos	73	3,4%	71	4,7%	Plásticos 4,7%
Instrumentos de precisão	107	5,0%	68	4,5%	Instrumentos de precisão 4,5%
Obras de ferro ou aço	81	3,8%	46	3,0%	Obras de ferro ou aço 3,0%
Diversos inds químicas	34	1,6%	32	2,1%	Diversos inds químicas 2,1%
Borracha	34	1,6%	30	2,0%	Borracha 2,0%
Subtotal	1.696	79,2%	1.199	79,5%	
Outros produtos	445	20,8%	309	20,5%	
Total	2.141	100,0%	1.508	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

MALTA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Julho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE MALTA	
NOME OFICIAL:	República de Malta
CAPITAL:	Valetta
ÁREA:	316 km ²
POPULAÇÃO:	414 mil habitantes (est. 2015)
IDIOMAS OFICIAIS:	Maltês e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica romana: 90%;
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Marie-Louise Coleiro Preca
CHEFE DE GOVERNO:	Joseph Muscat
CHANCELER:	George Vella
PIB NOMINAL (FMI):	US\$ 9,508 bilhões (est. 2015)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (FMI):	US\$ 14,716 bilhões (est. 2015)
PIB <i>PER CAPITA</i> (FMI):	US\$ 22,3 mil (est. 2015)
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (FMI):	US\$ 34,5 mil (est. 2015)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,7% (est.2016); 3,23%(2015), 3,55% (2014); 2,7% (2013); 2,5% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,839 (37º no <i>ranking</i>) (Brasil: 0,744 – 79º no <i>ranking</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	80,25 anos (2015)
ALFABETIZAÇÃO (2012):	92,8% (2015)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI 2015):	5,2% (2015)
UNIDADE MONETÁRIA:	euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Pius Joseph Camilleri (não-residente)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	N/D

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: MICS

Brasil-SM	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	18,3	30,0	43,7	43,9	61,3	38,57	68,06	97,43	35,85
Exportações	2,8	5,2	17,9	25,8	27,41	15,47	18,65	20,87	15,43
Importações	15,4	24,7	25,8	18,0	33,89	23,1	49,42	76,56	20,43
Saldo	-12,6	-19,5	-7,9	7,7	-6,48	-7,64	-30,77	-55,7	-5,0

APRESENTAÇÃO

A República de Malta é um arquipélago mediterrâneo localizado ao sul da Europa. Possui área de 316 km² e população de 414 mil habitantes.

Sua posição geográfica fez de Malta, ao longo da história, um importante entreposto estratégico e comercial. Por essa razão, sua soberania esteve, até a independência do Reino Unido em 1964, confiada a potências estrangeiras.

Malta é hoje uma das principais atrações turísticas do sul da Europa. Em função de sua localização, tem sido também importante rota de imigrantes que migram da África para a Europa.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Marie Louise Coleiro Preca Presidente da República



Nascida em Qormi, em 1958, graduou-se na Universidade de Malta em Estudos Humanísticos e Direito.

Membro do Partido Trabalhista, ocupou os cargos de Secretária Geral do Partido na década de 1980. Foi também membro do Fórum da Juventude Socialista. É parlamentar desde 1998.

Eleita em 4 de abril de 2014 pelo Parlamento maltês, aos 55 anos, tornou-se a mais jovem Chefe de Estado da história do país. Chefiava, antes de ser eleita Presidente, o Ministério da Família e Solidariedade Social.

Joseph Muscat
Primeiro-Ministro



Nascido em 1974, Joseph Muscat é líder do Partido Trabalhista desde 2008. No Partido Trabalhista, foi Secretário Financeiro e Presidente interino do Fórum da Juventude do Trabalho. Foi jornalista e membro do Parlamento Europeu (Vice-Presidente da Comissão parlamentar de assuntos econômicos e monetários). Muscat chefia o primeiro Governo de centro-esquerda em Malta desde que o país entrou na União Europeia, em 2004.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Malta estabeleceram relações diplomáticas em 1975. Desde junho de 2010, a Embaixada do Brasil junto ao Governo de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma. A Embaixada de Malta em Washington responde pelos assuntos malteses junto ao Governo brasileiro. Malta mantém Consulados Honorários no Rio de Janeiro e em São Paulo, e o Brasil, Consulado Honorário em Valeta.

Não há registro de visitas bilaterais. Em dezembro de 2012, Malta apresentou minuta de Memorando de Entendimento para estabelecimento de mecanismo de consultas políticas com o Brasil. O mencionado acordo foi assinado por ocasião de visita do Embaixador do Brasil junto a Malta ao país, em maio de 2016. O documento consiste no primeiro acordo bilateral firmado pelos dois países.

Houve encontros em nível de Chanceleres em abril de 2009 (por ocasião do II Fórum da Aliança de Civilizações, Istambul) e em setembro de 2012, às margens da abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas. Nas duas ocasiões, o interesse maltês girou em torno das duas principais pendências da relação bilateral: cooperação financeira e isenção de vistos, esta última superada com a entrada em vigor do acordo Brasil-União Europeia. A consulta brasileira a respeito da prorrogação do prazo de permanência ainda está sob exame de Valeta.

No início do conflito de 2011 na Líbia, foi fundamental a colaboração do Governo maltês para a retirada de cidadãos brasileiros do país africano. O Governo maltês acolheu todos os cidadãos brasileiros em seu território. Foram muito apreciadas no Brasil a compreensão e disponibilidade demonstradas pelas autoridades migratórias de Malta, acionadas em caráter de emergência dada a natureza humanitária da operação.

Assuntos consulares

Não há informações acerca da comunidade brasileira em Malta.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício de Malta.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político maltês é uma República Parlamentarista. O Presidente de Malta, cargo majoritariamente cerimonial, é eleito pelo parlamento por um período de 5

anos. O Parlamento é unicameral e atualmente tem 69 membros, eleitos diretamente pelo sistema de representação proporcional. A última eleição foi realizada em 9/3/2013. O Partido Trabalhista (MLP, centro-esquerda) derrotou, depois de 15 anos, o Partido Nacionalista (PN, centro-direita) e obteve 55% dos votos.

Sob governos de esquerda, a década de 80 foi marcada por pequenos episódios de violência política, mas a situação normalizou-se no começo dos anos 90. A ascensão do Partido Nacionalista (que se manteve no poder de 1987 a 2012, à exceção de um período de 22 meses entre 1996 e 1998) levou à gradual diminuição do papel do Estado na economia. A discussão sobre adesão ou não à União Européia (UE) dominou a política por mais de uma década. Em 2003, o país decidiu, em referendo, pela adesão (com 53%). A decisão foi confirmada pouco depois, quando o Partido Nacionalista, pró-Europa, conseguiu a reeleição contra o Partido Trabalhista, contrário à adesão. Malta tornou-se membro da UE em maio de 2004. Em 2005, estabeleceu-se a paridade da lira maltesa em relação ao euro, moeda local desde janeiro de 2008.

A política maltesa é tradicionalmente polarizada entre os dois partidos, com níveis de apoio equivalentes na sociedade. Após 15 anos na oposição, em março de 2013, o Partido Trabalhista voltou ao poder sob a liderança de Joseph Muscat. A vitória dos trabalhistas sobre o Partido Nacionalista deu-se pela maior margem de votos já registrada em Malta (12 pontos percentuais). Durante a campanha, Muscat moveu o Partido em direção ao centro, obtendo os votos de eleitores descontentes com o Partido Nacionalista. Entre suas principais promessas estavam a redução do preço da energia em Malta em 25% e o combate à corrupção.

POLÍTICA EXTERNA

O Chanceler George Vella divulgou, em julho de 2013, sete prioridades da política externa de Malta em sua gestão: i) fortalecimento do papel maltês na União Europeia (UE); ii) reforço e promoção das relações bilaterais; iii) contribuição efetiva ao multilateralismo; iv) reafirmação da vocação para fortalecer a paz e a segurança no Mediterrâneo; v) reconhecimento da importância da comunidade maltesa no exterior; vi) empenho da rede de Postos no exterior na diplomacia política e econômica; e vii) promoção da cultura maltesa.

Embora o foco principal da ação externa de Malta seja o Mediterrâneo, dentre os objetivos estratégicos do chanceler Vella está o fortalecimento das relações com as principais economias mundiais, sendo o Brasil singularizado, juntamente com a China, a Índia e a África do Sul.

No passado, o Partido Trabalhista foi contrário à adesão à UE, mas a atual visão do Governo é de que o país se beneficiou e ganhou peso político com a acessão. A adesão ao

Espaço Schengen acirrou, porém, problemas de imigração. A política externa é muitas vezes dominada pela questão migratória no espaço mediterrâneo. Desde 2008, Malta e Itália tiveram vários desentendimentos sobre a responsabilidade de ajuda a refugiados e imigrantes resgatados entre a Sicília e Malta. Em 2013, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos considerou ter Malta dispensado tratamento degradante a dois imigrantes detidos e condenou o país a pagar reparação. Na questão líbia, Valetta também tem tentado por vezes desempenhar papel de facilitador de conversas entre as facções rivais, mas com resultados limitados.

Em 2016, dois fatos marcantes para a política externa maltesa foram registrados: o primeiro foi o ‘Brexit’. Por conta de suas relações históricas com o Reino Unido, Malta mostrou preocupação com a decisão britânica. Logo após o anúncio do resultado da votação pela saída do bloco, o chanceler Vella foi uma das vozes que se ergueram em favor de moderação, “de modo a obter máxima cooperação com o Reino Unido”.

O segundo é o estreitamento das relações com a Turquia. Em momento marcado por problemas em comum, como o tratamento dos refugiados, Malta anunciou que pretende abrir embaixada em Ancara e pretende estabelecer-se como um dos principais interlocutores do governo turco dentro da UE.

Malta também se prepara para ocupar a presidência de turno do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2017. Já estão em curso os preparativos logísticos para os encontros a serem realizados no país, mas as prioridades maltesas para o período ainda não foram anunciadas. Por ocasião do encontro do Embaixador Ricardo Neiva Tavares com o chanceler maltês, George Vella, durante a visita de maio passado, foi solicitado apoio às negociações do acordo entre o Mercosul e a UE, durante a Presidência maltesa do Conselho do bloco.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama geral da economia maltesa

A economia de Malta é condicionada por suas características geográficas: pequeno território, população restrita, insularidade e localização. No passado, as principais atividades estavam voltadas à navegação (construção, manutenção e abastecimento de navios). Após a independência, Malta passou a desenvolver os setores de turismo, serviços financeiros e telecomunicações. Hoje, o setor terciário corresponde a mais de 80% do PIB do país.

Desde o final dos anos 1990, Malta tem feito esforços para melhorar sua reputação como centro de serviços financeiros. Em 2000, foi retirada da lista de paraísos fiscais da OCDE. Para sua adesão à União Europeia (UE), em 2004, Malta precisou reestruturar seu sistema financeiro e adequar sua legislação às regras comunitárias. Apesar

disso, países extra-comunitários – inclusive o Brasil e outros latino-americanos – apontam dificuldades para retirar Malta de suas listas de países com legislação tributária favorecida (paraísos fiscais), o que impede a celebração de acordo para evitar a dupla tributação.

Os efeitos da crise econômica internacional sobre Malta foram relativamente limitados. Após ter passado por recessão no ano de 2009 (com contração do PIB de 2,4%), o país conseguiu manter média de crescimento do PIB de 3,5% no período de 2010 a 2015. O endividamento público, que alcançou pico de 70% do PIB em 2011, está em trajetória declinante. Atualmente, a dívida do estado equivale a 64% do PIB – quase 28 pontos percentuais abaixo da média dos países da zona do euro. O bom desempenho econômico se reflete na baixa taxa de desemprego do país, de cerca de 5,5%.

Malta tem grande dependência externa no setor energético: apesar de o país contar com potencial eólico e solar, sua matriz se apóia na importação de hidrocarbonetos. O petróleo corresponde a mais de 30% da pauta de importação de Malta. Em razão dessa dependência, a balança comercial maltesa é negativa. Em 2014, o país importou US\$ 8,5 bilhões e exportou US\$ 5 bilhões.

Um terço do total de exportações foi para outros países europeus, principalmente Alemanha, França, Itália e Reino Unido. O principal destino dos produtos malteses, porém, é o Egito, que absorveu cerca de 660 milhões de dólares em exportações maltesas.

Os principais países fornecedores de Malta são, respectivamente, Itália, Estados Unidos, Turquia, Reino Unido e Alemanha.

Segundo dados oficiais malteses, o estoque de investimentos estrangeiros diretos no país correspondia, em 2014, a 136 bilhões de euros (mais de 1300% do PIB).

Comércio exterior

O intercâmbio comercial entre Brasil e Malta alcançou, em 2015, o valor de US\$ 35,8 milhões, contra US\$ 118,10 milhões no mesmo período em 2014, uma variação negativa de 69,6%. Mais especificamente, o Brasil exportou para Malta US\$ 15,4 milhões o que representou redução de 75% em relação ao ano anterior. No mesmo período, o Brasil importou de Malta US\$ 20,4 milhões, o que significou redução de 63,5% em relação a 2014. Cumpre ressaltar, todavia, que a corrente de comércio registrada em 2014 foi a mais alta dos últimos 15 anos.

Investimentos

Não há registro de investimentos bilaterais.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1814	Malta é ocupada pela Grã-Bretanha.
-------------	------------------------------------

1964	Malta torna-se membro da Comunidade das Nações (Commonwealth), após dissolução do Império Britânico.
1974	Malta torna-se uma República.
2004	Malta é aceita no bloco da União Europeia.
2008	Malta adere ao euro como moeda oficial.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1975	Brasil e Malta estabelecem relações diplomáticas.
2009	Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Malta mantêm reunião em abril, por ocasião do II Fórum da Aliança de Civilizações (Istambul, Turquia).
2011	Malta auxilia na retirada nacionais brasileiros na Líbia.
2012	Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Malta reúnem-se em setembro, em Nova York, à margem da abertura da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas	19/05/2016	Em vigor	

dados econômico comerciais
Principais indicadores socioeconômicos de Malta

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,95%	4,06%	5,39%	3,49%	3,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	10,17	10,77	9,80	10,34	10,97
PIB nominal "per capita" (US\$)	24.133	25.322	22.829	24.013	25.389
PIB PPP (US\$ bilhões)	13,66	14,45	15,38	16,08	16,79
PIB PPP "per capita" (US\$)	32.423	33.971	35.826	37.328	38.863
População (mil habitantes)	421	425	429	431	432
Desemprego (%)	6,38%	5,80%	5,34%	5,40%	5,30%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,01%	0,38%	1,25%	1,80%	1,80%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	3,61%	3,88%	4,11%	5,27%	5,35%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,75	0,75	0,90	0,91	0,92

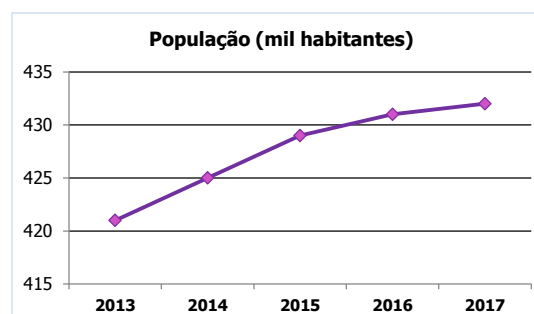
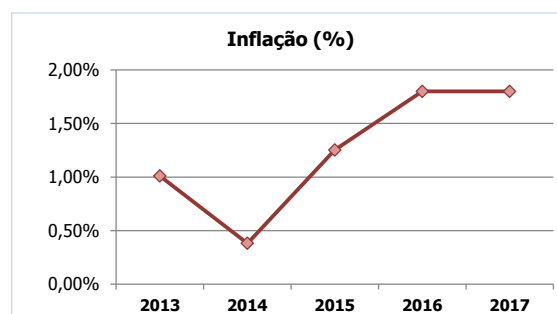
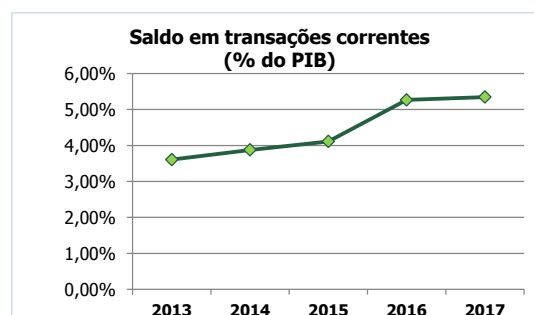
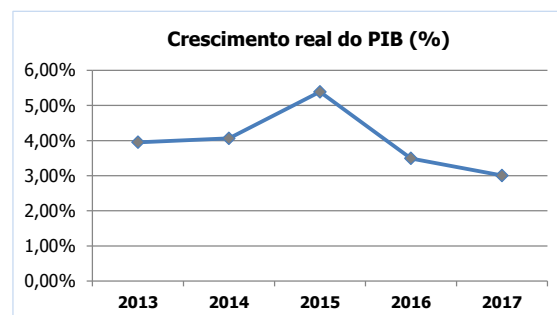
Origem do PIB (2015 Estimativa)

Agricultura	1,4%
Indústria	15,5%
Serviços	83,1%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

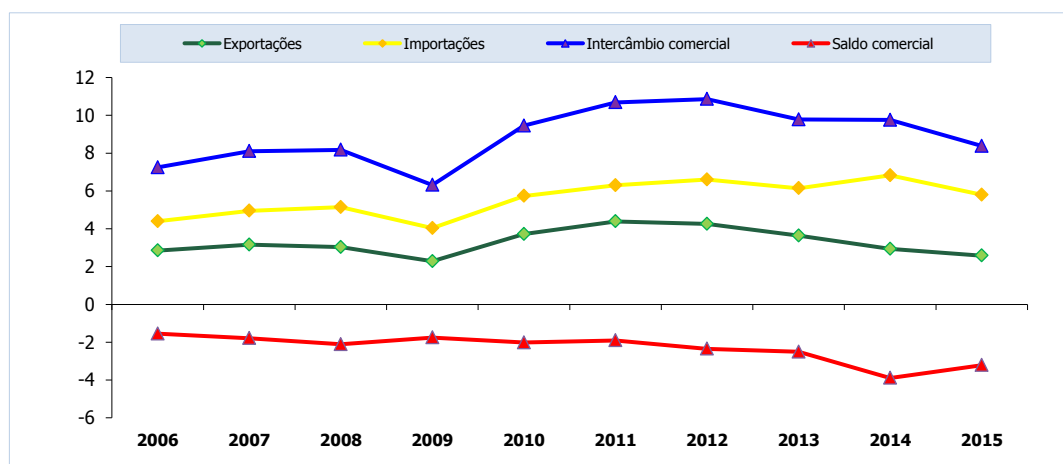
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior de Malta
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	2,85	17,1%	4,40	13,7%	7,24	15,0%	-1,55
2007	3,16	10,9%	4,95	12,5%	8,11	11,9%	-1,79
2008	3,03	-4,1%	5,14	3,9%	8,17	0,8%	-2,11
2009	2,28	-24,7%	4,03	-21,5%	6,31	-22,7%	-1,75
2010	3,72	63,0%	5,73	42,1%	9,45	49,7%	-2,02
2011	4,39	18,1%	6,30	9,8%	10,68	13,1%	-1,91
2012	4,26	-3,0%	6,60	4,9%	10,86	1,6%	-2,35
2013	3,64	-14,5%	6,14	-7,0%	9,78	-9,9%	-2,51
2014	2,93	-19,4%	6,82	11,0%	9,75	-0,3%	-3,89
2015	2,58	-12,0%	5,79	-15,1%	8,38	-14,1%	-3,21
2016(jan-mar)	0,72	11,3%	1,71	17,6%	2,54	21,1%	-0,99
Var. % 2006-2015	-9,3%	--	31,8%	--	15,6%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

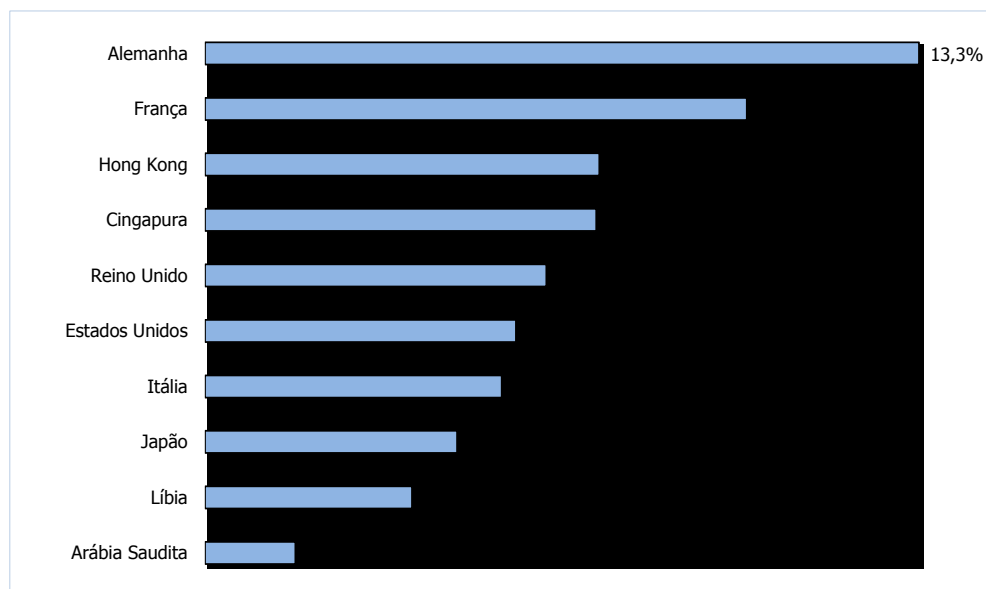


Direção das exportações de Malta
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Alemanha	344	13,3%
França	261	10,1%
Hong Kong	190	7,4%
Cingapura	189	7,3%
Reino Unido	164	6,4%
Estados Unidos	150	5,8%
Itália	143	5,5%
Japão	121	4,7%
Líbia	100	3,9%
Arábia Saudita	43	1,7%
...		
Brasil (66ª posição)	2,8	0,1%
Subtotal	1.708	66,2%
Outros países	872	33,8%
Total	2.581	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais destinos das exportações

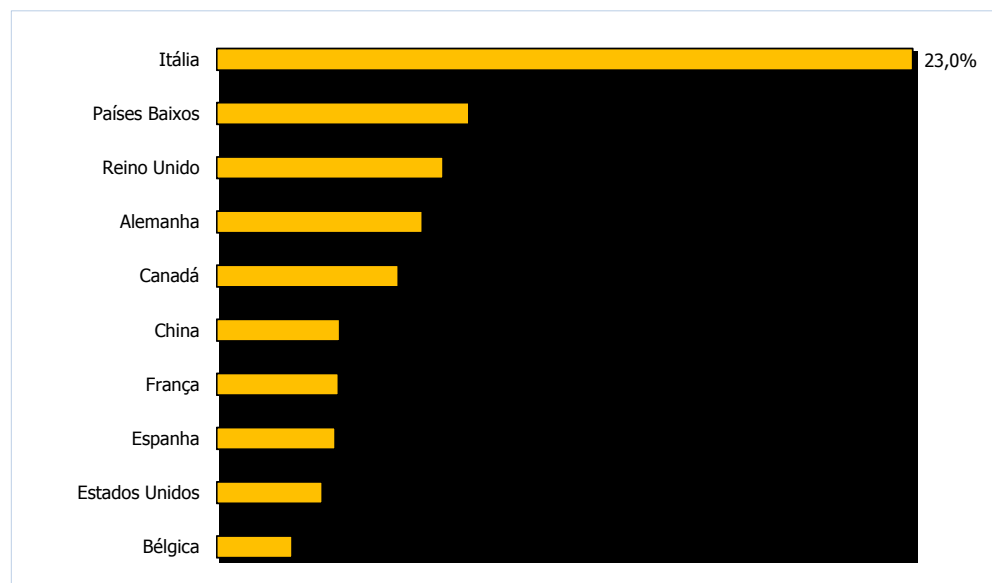


Origem das importações de Malta
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Itália	1.335	23,0%
Países Baixos	484	8,3%
Reino Unido	434	7,5%
Alemanha	394	6,8%
Canadá	348	6,0%
China	236	4,1%
França	233	4,0%
Espanha	227	3,9%
Estados Unidos	203	3,5%
Bélgica	145	2,5%
...		
Brasil (39ª posição)	15	0,3%
Subtotal	4.055	69,9%
Outros países	1.742	30,1%
Total	5.797	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais origens das importações

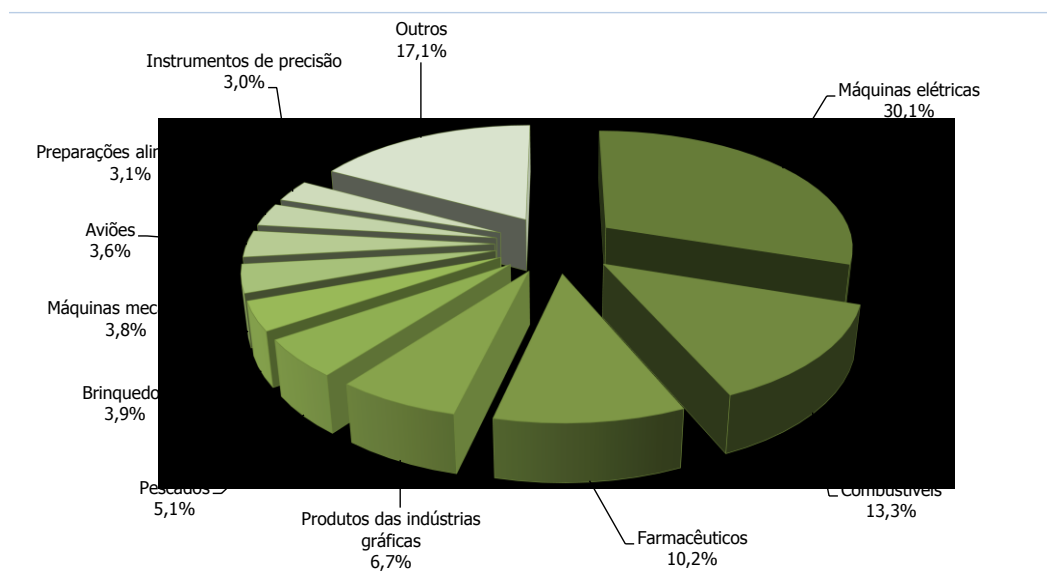


Composição das exportações de Malta
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	778	30,1%
Combustíveis	344	13,3%
Farmacêuticos	264	10,2%
Produtos das indústrias gráficas	173	6,7%
Pescados	132	5,1%
Brinquedos	101	3,9%
Máquinas mecânicas	98	3,8%
Aviões	93	3,6%
Preparações alimentícias	81	3,1%
Instrumentos de precisão	78	3,0%
Subtotal	2.141	82,9%
Outros	440	17,1%
Total	2.581	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

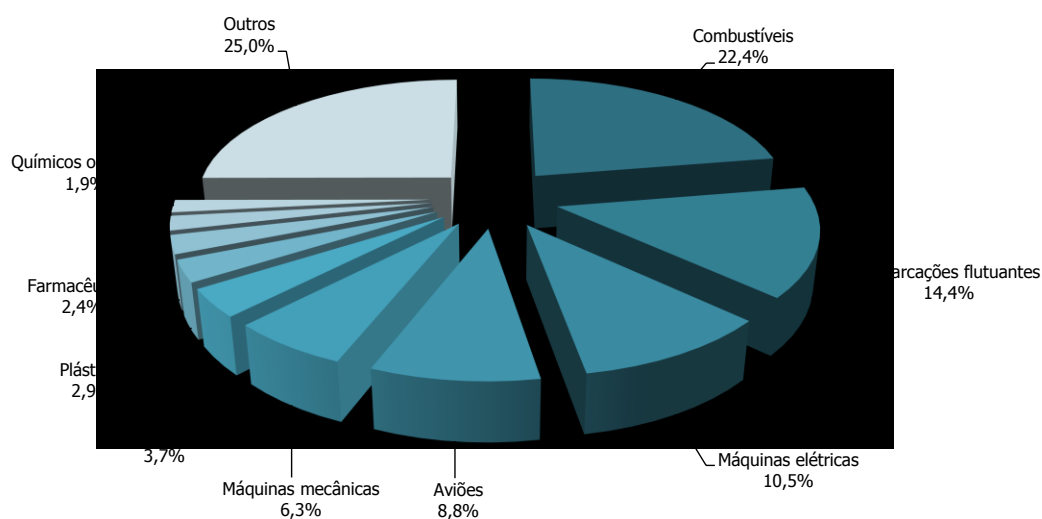


Composição das importações de Malta
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	1.299	22,4%
Embarcações flutuantes	833	14,4%
Máquinas elétricas	606	10,5%
Aviões	511	8,8%
Máquinas mecânicas	367	6,3%
Automóveis	214	3,7%
Plásticos	167	2,9%
Farmacêuticos	141	2,4%
Químicos orgânicos	110	1,9%
Papel	95	1,6%
Subtotal	4.343	75,0%
Outros	1.451	25,0%
Total	5.794	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

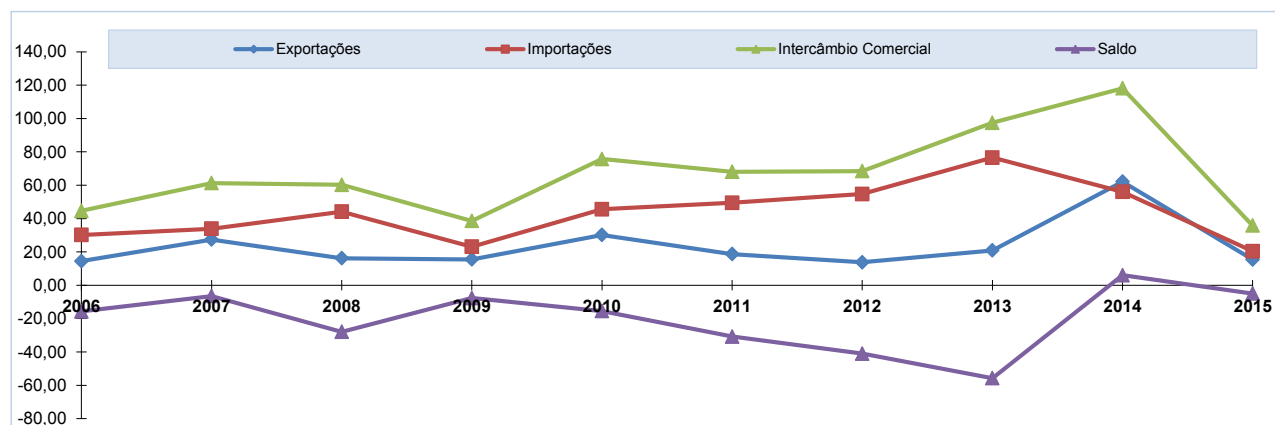
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Malta
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	14,46	-44,1%	0,01%	30,16	66,6%	0,03%	44,62	1,5%	0,02%	-15,70
2007	27,41	89,6%	0,02%	33,89	12,4%	0,03%	61,30	37,4%	0,02%	-6,48
2008	16,16	-41,0%	0,01%	44,10	30,1%	0,03%	60,26	-1,7%	0,02%	-27,93
2009	15,47	-4,3%	0,01%	23,10	-47,6%	0,02%	38,57	-36,0%	0,01%	-7,64
2010	30,15	94,9%	0,01%	45,60	97,4%	0,03%	75,75	96,4%	0,02%	-15,46
2011	18,65	-38,1%	0,01%	49,42	8,4%	0,02%	68,06	-10,1%	0,01%	-30,77
2012	13,76	-26,2%	0,01%	54,73	10,8%	0,02%	68,49	0,6%	0,01%	-40,97
2013	20,87	51,7%	0,01%	76,56	39,9%	0,03%	97,43	42,3%	0,02%	-55,70
2014	62,07	197,5%	0,03%	56,03	-26,8%	0,02%	118,11	21,2%	0,03%	6,04
2015	15,43	-75,1%	0,01%	20,43	-63,5%	0,01%	35,85	-69,6%	0,01%	-5,00
2016 (jan-mai)	6,85	26,3%	0,01%	3,28	-65,1%	0,01%	10,13	-31,6%	0,01%	3,57
Var. % 2006-2015	6,7%	--	--	-32,3%	--	--	-19,6%	--	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

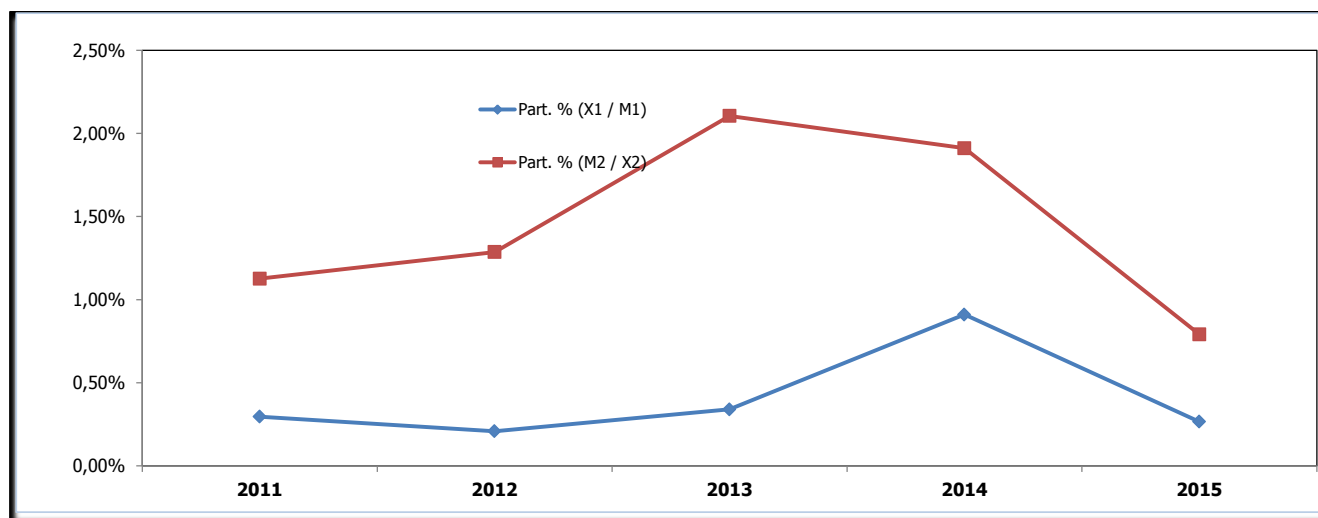


Part. % do Brasil no comércio de Malta
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para Malta (X1)	18,6	13,8	20,9	62,1	15,4	-17,3%
Importações totais de Malta (M1)	6.296	6.604	6.143	6.821	5.794	-8,0%
Part. % (X1 / M1)	0,30%	0,21%	0,34%	0,91%	0,27%	-10,1%
Importações do Brasil originárias de Malta (M2)	49,4	54,7	76,6	56,0	20,4	-58,7%
Exportações totais de Malta (X2)	4.388	4.255	3.637	2.932	2.581	-41,2%
Part. % (M2 / X2)	1,13%	1,29%	2,11%	1,91%	0,79%	-29,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

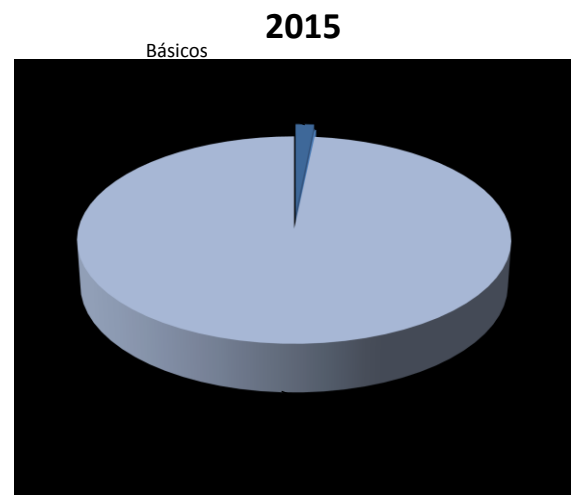
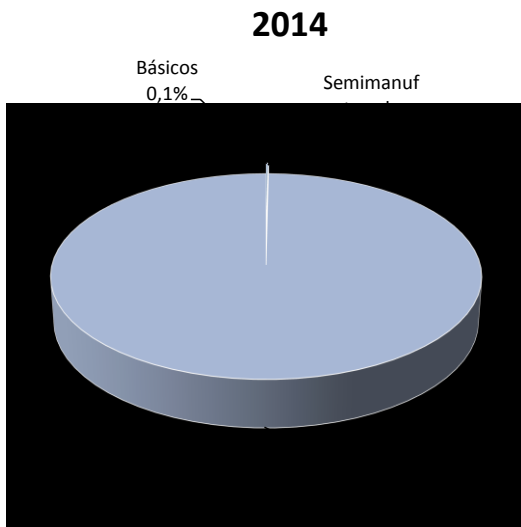
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de Malta e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



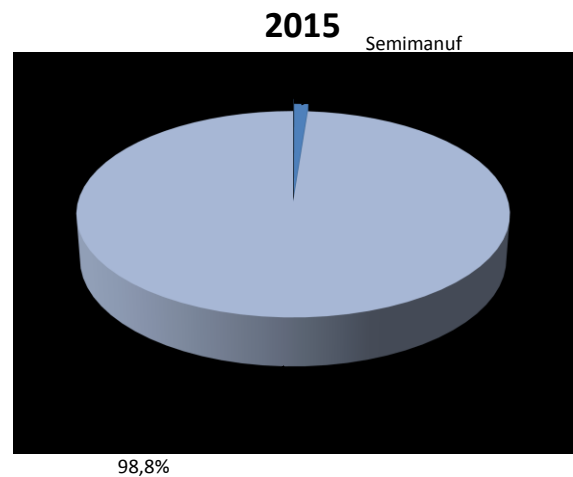
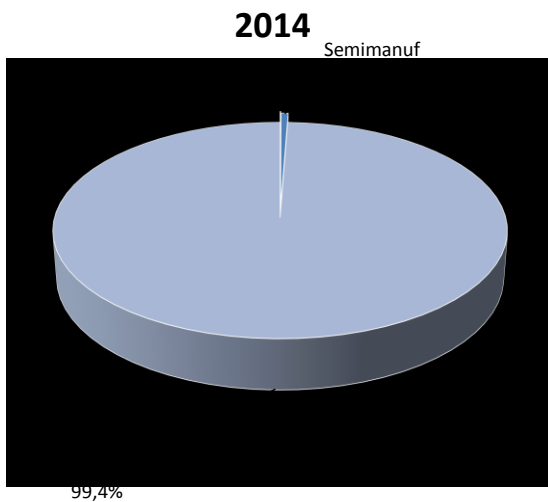
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

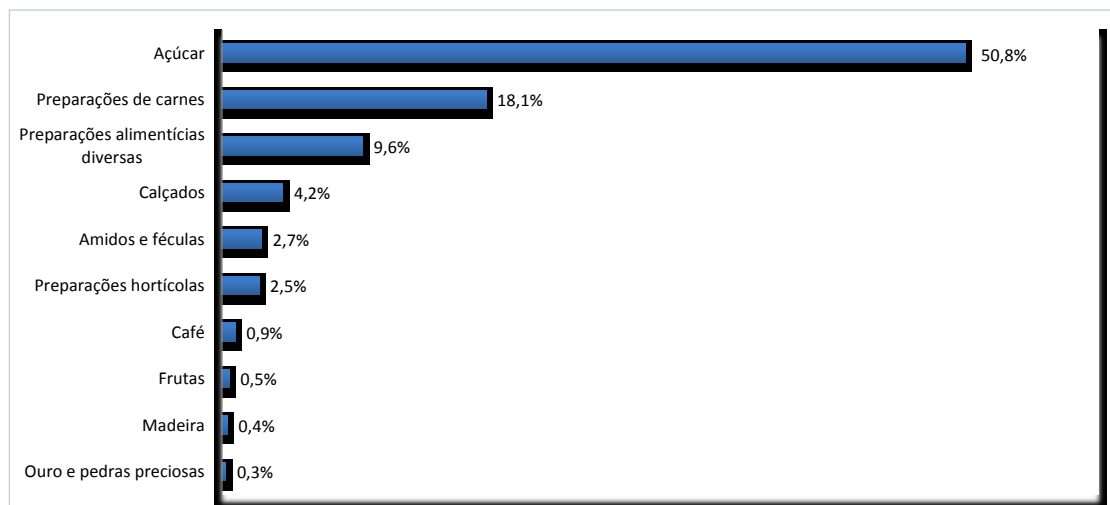
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para Malta
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Açúcar	11,98	57,4%	9,98	16,1%	7,84	50,8%
Preparações de carnes	2,99	14,3%	2,39	3,9%	2,79	18,1%
Preparações alimentícias diversas	1,28	6,1%	1,42	2,3%	1,49	9,6%
Calçados	0,55	2,6%	0,77	1,2%	0,64	4,2%
Amidos e féculas	1,15	5,5%	1,39	2,2%	0,42	2,7%
Preparações hortícolas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,39	2,5%
Café	0,09	0,4%	0,00	0,0%	0,14	0,9%
Frutas	0,08	0,4%	0,08	0,1%	0,08	0,5%
Madeira	0,11	0,5%	0,10	0,2%	0,06	0,4%
Ouro e pedras preciosas	0,00	0,0%	0,10	0,2%	0,04	0,3%
Subtotal	18,23	87,4%	16,22	26,1%	13,89	90,0%
Outros produtos	2,64	12,6%	45,85	73,9%	1,54	10,0%
Total	20,87	100,0%	62,07	100,0%	15,43	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

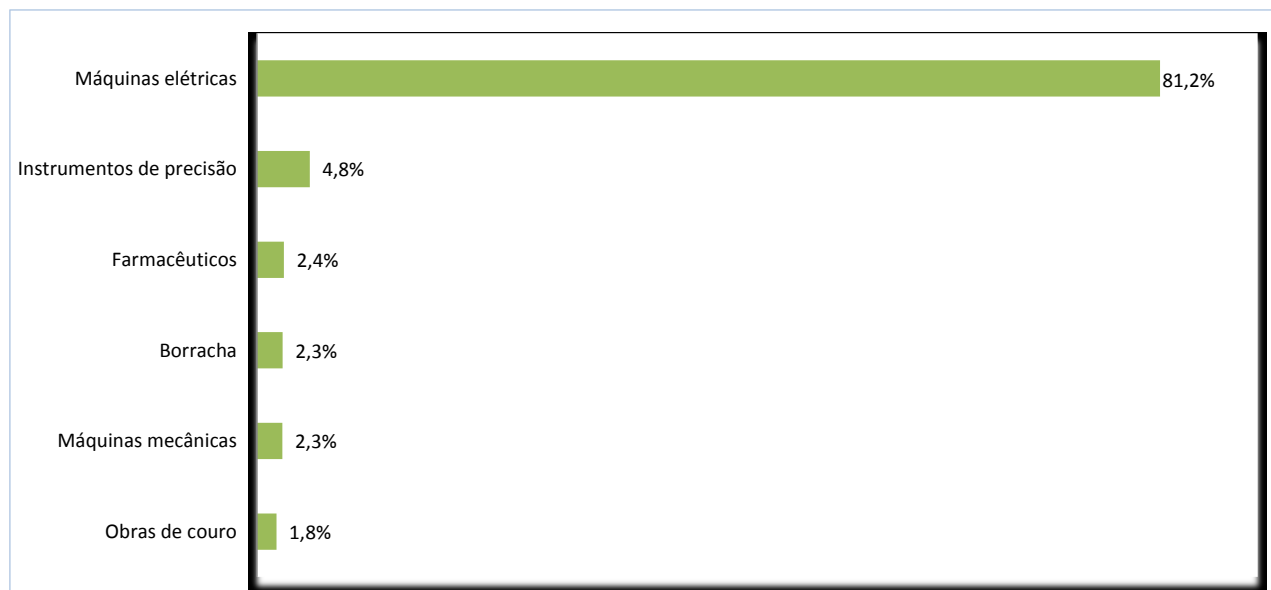


Composição das importações brasileiras originárias de Malta
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	65,34	85,3%	49,92	89,1%	16,59	81,2%
Instrumentos de precisão	0,97	1,3%	1,44	2,6%	0,97	4,8%
Farmacêuticos	0,34	0,4%	0,80	1,4%	0,50	2,4%
Borracha	0,93	1,2%	0,79	1,4%	0,47	2,3%
Máquinas mecânicas	1,13	1,5%	0,89	1,6%	0,47	2,3%
Obras de couro	0,06	0,1%	0,06	0,1%	0,36	1,8%
Subtotal	68,77	89,8%	53,90	96,2%	19,36	94,8%
Outros produtos	7,80	10,2%	2,14	3,8%	1,07	5,2%
Total	76,56	100,0%	56,03	100,0%	20,43	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Açúcar	3,19	58,9%	3,94	57,6%	Açúcar 57,6%
Preparações hortícolas	0,00	0,0%	0,81	11,8%	Preparações hortícolas 11,8%
Preparações de carnes	0,79	14,6%	0,49	7,2%	Preparações de carnes 7,2%
Preps aliment diversas	0,56	10,3%	0,47	6,9%	Preps aliment diversas 6,9%
Calçados	0,26	4,8%	0,21	3,1%	Calçados 3,1%
Obras de ferro ou aço	0,00	0,0%	0,13	2,0%	Obras de ferro ou aço 2,0%
Subtotal	4,80	88,6%	6,06	88,5%	
Outros produtos	0,62	11,4%	0,79	11,5%	
Total	5,42	100,0%	6,85	100,0%	

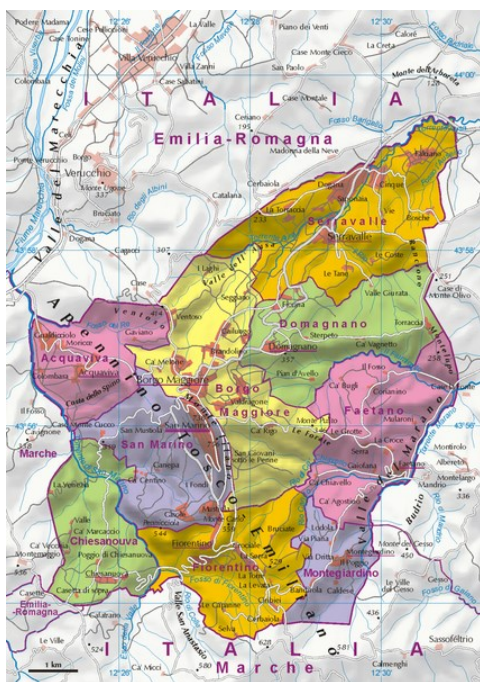
Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Máquinas elétricas	7,93	84,5%	1,95	59,5%	Máquinas elétricas 59,5%
Instrumentos de precisão	0,40	4,3%	0,49	15,0%	Instrumentos de precisão 15,0%
Máquinas mecânicas	0,17	1,8%	0,26	8,0%	Máquinas mecânicas 8,0%
Farmacêuticos	0,19	2,0%	0,23	6,9%	Farmacêuticos 6,9%
Borracha	0,21	2,2%	0,15	4,5%	Borracha 4,5%
Obras de couro	0,05	0,5%	0,05	1,5%	Obras de couro 1,5%
Subtotal	8,95	95,2%	3,13	95,4%	
Outros produtos	0,45	4,8%	0,15	4,6%	
Total	9,39	100,0%	3,28	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa
Divisão da Europa I

SAN MARINO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Julho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE SAN MARINO

NOME OFICIAL:	República de San Marino
CAPITAL:	Cidade de San Marino
ÁREA:	61,16 km ²
POPULAÇÃO:	33.020 habitantes (est. 2015)
IDIOMA OFICIAL:	Italiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica romana: 97,2%;
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Capitães Regentes Massimo Andrea Ugolini e Gian Nicola Berti
CHEFE DE GOVERNO:	Exercida pelos integrantes do Congresso de Estado (dez Secretários de Estado), sob a presidência dos Capitães-Regentes
CHANCELER:	Pasquale Valentini
PIB NOMINAL (FMI):	US\$ 1,543 bilhões (est. 2015)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (FMI):	US\$ 1,942 bilhões (est. 2015)
PIB PER CAPITA (FMI):	R\$ 49,1 mil (est. 2015)
PIB PPP PER CAPITA (FMI):	R\$ 61,8 mil (est. 2015)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	1,1% (est.2016); 0,96%(2015), -1,0% (2014); -4,5% (2013); -7,5% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,886 (26º no <i>ranking</i>) (Brasil: 0,744 – 79º no <i>ranking</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	83,24 anos (2015)
ALFABETIZAÇÃO (2012):	99% (2015)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI 2015):	8,7% (2014)
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Filippo Francini (não residente)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	N/D

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: MICS

	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	5,199	2,349	4,277	4,639	3,068	4,840	5,794	7,316	9,607
Exportações	0	0	0,014	0,353	0,227	0,03	0	0,119	0,008
Importações	5,199	2,349	4,262	4,285	2,841	4,809	5,794	7,196	9,598
Saldo	-5,199	-2,349	-4,247	-3,932	-2,613	-4,779	-5,794	-7,077	-9.590

APRESENTAÇÃO

A República de San Marino é um enclave localizado na península italiana. Possui 61,16 Km² e uma população de 33 mil habitantes. Fundada em 301dC, a República de San Marino é uma das mais antiga do mundo.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Gian Nicola Berti Capitão-Regente



Nasceu em San Marino, em 9 de agosto de 1960. Graduou-se em Direito em 1986 e atuou como professor de Direito Samarinês na Universidade de Urbino, na Itália.

Em 2008, foi eleito para o Grande Conselho e, em 2012, elegeu-se novamente. Foi membro da Comissão Permanente de Assuntos Constitucionais e Institucionais; da Administração Pública, dos Assuntos Internos, da Proteção Civil, das Relações com os Conselhos Municipais; Justiça; Educação, Cultura, Patrimônio, Universidade e Pesquisa Científica.

Em 1º de abril de 2016, foi eleito Capitão-Regente, juntamente com Massimo Andrea Ugolini, pelo semestre 1º de abril a 1º de outubro de 2016.

É casado e tem dois filhos.

Massimo Andrea Ugolini

Capitão-Regente



Nasceu em San Marino em 26 de julho de 1978. Graduou-se em Contabilidade, em 1998, e trabalha, desde então, no sistema bancário.

Membro do Partido Democrático Cristão Samarinês desde 2008, participa, desde 2014, da Direção do Partido.

Em 2012, foi eleito para o Grão-Conselho Geral e fez parte da Comissão Permanente de Assuntos Constitucionais e Institucionais; da Administração Pública, dos Assuntos Internos, da Proteção Civil, das Relações com os Conselhos Municipais; Justiça; Educação, Cultura, Patrimônio, Universidade e Pesquisa Científica.

Desde 2014, é membro do Conselho dos Doze.

Em 1º de abril de 2016, foi eleito Capitão-Regente, juntamente com Gian Nicola Berti, pelo semestre 1º de abril a 1º de outubro de 2016.

É casado e tem dois filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram estabelecidas pelo Acordo sobre Relações Consulares celebrado em 14 de dezembro de 1984. Mais recentemente, em 2002, os dois Governos estabeleceram relações diplomáticas, por troca de Notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não residentes. San Marino mantém um Consulado-Geral em São Paulo, atualmente chefiado por Mario Marsili.

Cabe registrar, contudo, que, segundo documentos do Arquivo Público da República de San Marino, o Imperador Dom Pedro I manifestou interesse, por meio do então representante brasileiro à Corte da França, Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, de estreitar laços com aquela república, o que deu início a processo de concessão da cidadania samarinesa para o regente brasileiro. Como resultado, o Conselho-Geral daquele país, em sessão de 23 de maio de 1830, com “viva exultação” pela notícia de que “um dos mais potentes Soberanos lhe desse tal atestado de sua estima e benevolência”, determinou “que os nomes de Dom Pedro I, Imperador Constitucional do Brasil, de sua Augusta Esposa, a Imperatriz Dona Amélia, e da futura Imperial Dinastia, fossem perpetuamente anotados à frente do Registro dos Patrícios Samarineses”. A mesma concessão também foi estendida ao legatário imperial, Visconde de Pedra Branca.

Por ocasião da visita do Embaixador do Brasil para San Marino foi assinado o Acordo bilateral para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária. O documento constitui o primeiro acordo bilateral assinado pelos dois países.

A cooperação educacional entre o Brasil e San Marino também consta da pauta bilateral. O Secretário de Estado para Educação, Cultura, Universidades, Pesquisa Científica, Temas Sociais e Igualdade de Oportunidades de San Marino, Giuseppe Maria Morganti, realizou, em agosto de 2015, a primeira viagem oficial de uma autoridade samarinesa ao Brasil desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 2002. Naquela viagem, Morganti – que esteve em Brasília e São Luís – manteve encontro com o então Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro. No contexto daquela missão, foram assinados acordos de cooperação da Universidade de San Marino com a Universidade de Brasília – UnB e a Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Como um primeiro resultado desses acordos, uma estudante de graduação em “design”, proveniente da instituição samarinesa, está realizando intercâmbio na UnB desde o início de 2016. Está prevista, para breve, a mobilidade de outros estudantes.

O Secretário de Estado Morganti e o Embaixador, não residente, do Brasil em San Marino mantiveram três encontros: em abril e julho de 2015, em Roma, e em março de 2016, em San Marino. No último desses encontros, Morganti apresentou proposta de Programa de Cooperação Brasil-San Marino nas áreas educacional e cultural, que, posteriormente, a pedido do Ministério da Educação brasileiro, foi desmembrada em dois

textos, um de educação e outro cultural. Os documentos estão em fase de negociação.

Morganti pretende inaugurar, em 2016, Centro Linguístico e Cultural Brasileiro em San Marino. O Centro deverá facilitar o ensino da língua portuguesa, em sua vertente brasileira; a promoção da cultura brasileira; a organização de eventos ligados ao relacionamento Brasil-San Marino; o apoio a estudantes brasileiros em intercâmbio na Universidade de San Marino, no âmbito dos acordos firmados com a UnB e a UFMA; e o incentivo a relações no campo do comércio e investimentos.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira local é formada majoritariamente por mulheres casadas com cidadãos samarinenses. Não há nenhuma associação de brasileiros. Não há outras informações relevantes acerca da comunidade brasileira local.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício de San Marino.

POLÍTICA INTERNA

Sistema político

O Poder Legislativo de San Marino é formado por um único órgão, o Conselho Grande e Geral, formado por 60 parlamentares eleitos diretamente pelo voto popular a cada cinco anos.

As funções de Chefe de Estado e de Governo são exercidas pelos dois capitães-regentes, eleitos a cada seis meses pelo Conselho Grande e Geral.

O Congresso de Estado é o órgão responsável por exercer o poder executivo em San Marino. É formado por dez Secretários de Estado à frente das pastas temáticas da administração pública.

Histórico

O rompimento dos vínculos feudais com o bispo de San Leo, no século XIV, assinala o início da vida independente de San Marino, que teve sua soberania reconhecida pelos Estados Pontifícios na mesma época. Durante a Baixa Idade Média e o Renascimento, San Marino criou instituições peculiares de autogoverno, as quais, no entanto, sofreram, a partir do século XVIII, uma progressiva metamorfose na direção de um regime aristocrático, com a predominância das famílias patrícias. Tal situação perdurou até 1906, quando o “Arengo”, a assembléia dos chefes de família, iniciou o processo de modernização democrática do país.

A independência do pequeno Estado foi diversas vezes ameaçada ao longo de sua história. Por três vezes San Marino esteve sob ocupação estrangeira: a primeira, em 1503, por obra de César Bórgia, “condottiere” italiano que estendeu seus domínios sobre a região da atual Emília-Romanha; a segunda, em 1739, quando o cardeal Giulio Alberoni tentou anexar a república aos Estados Pontifícios; e, por fim, em 1944, durante poucas semanas, quando tropas alemãs em retirada, acossadas pela ofensiva dos aliados, ocuparam o território samarinês.

À época da unificação italiana, em meados do século XIX, San Marino constituiu um refúgio seguro para muitas das personalidades comprometidas com o “Risorgimento”, como ficou conhecido o movimento de unificação da Itália. O apoio prestado a Garibaldi permitiu a negociação e obtenção de garantias quanto à manutenção do status independente de San Marino face à Itália unificada. Tal situação foi, posteriormente, referendada por tratado de amizade celebrado com o Estado italiano.

De 1926 a 1943, San Marino conheceu um regime de inspiração fascista, responsável pela tutela dos interesses da classe empresarial e das famílias patrícias. Apesar disso, o país permaneceu neutro durante a Segunda Guerra Mundial. Durante o conflito, acolheu mais de cem mil refugiados, o que lhe granjeou a antipatia dos regimes do Eixo.

No Pós-Guerra, alternaram-se governos de esquerda, capitaneados pelo Partido Comunista Samarinês, e governos de centro, liderados pelo Partido Democrata-Cristão Samarinês. A existência de administrações de esquerda deu origem, durante o período, a tensões com o resto da Europa e, em particular, com a Itália.

Em 1957, uma breve, conquanto séria, crise política levou à coexistência de dois Governos. A crise, que se inseria no contexto da Guerra Fria, solucionou-se após um mês. A ela se seguiu um longo período, de vinte anos, de governos de centro.

Em tempos recentes, San Marino promoveu reformas políticas de caráter modernizador, introduzindo o voto feminino, em 1960, e incorporando garantias aos direitos fundamentais e às liberdades públicas, por meio de legislação aprovada em 1974.

Desenvolvimentos políticos recentes

A partir de 2000, verificou-se período de certa instabilidade política, com frequentes trocas de Governo. Em seguida às eleições de 2006, formou-se novo Governo, de centro-esquerda, por meio de coalizão que compreendia o Partido dos Socialistas e dos Democratas, a Esquerda Unida e a Aliança Popular. Os temas principais da agenda do Governo diziam respeito às relações econômicas e administrativas com a Itália, à integração com a União Europeia e a reformas institucionais.

Depois de dois anos de desavenças internas, porém, a coalizão se desfez e foram convocadas eleições gerais, realizadas em 9 de novembro de 2008. Na ocasião, após reforma eleitoral, concorreram duas listas: a “Reforma e Liberdade” (de centro-esquerda, formada pelo Partido dos Socialistas e Democratas, Democratas de Centro e Esquerda Unida) e o “Pacto por San Marino” (que engloba desde a centro-esquerda à centro-direita, incluindo a Aliança Popular, a Lista da Liberdade, o Partido Democrata Cristão Samarinês e a União Samarinesa dos Moderados). Vitoriosa, com 54,23 % dos votos, a coligação “Pacto por San Marino” compôs novo Governo, empossado em 3 de dezembro de 2008.

Em 2012, três listas concorreram nas eleições. A lista “San Marino Bem Comum”, que congrega o Partido Democrata Cristão Samarinês, os Democratas de Centro e Esquerda Unida e a Aliança Popular, obteve 50,7% dos votos, garantindo a maioria absoluta do Conselho. A lista “Coalizão pelo País”, capitaneada pelo Partido Socialista, foi votada por 22,28% dos eleitores. Em terceiro lugar ficou a lista “Cidadania Ativa”, cujo principal partido é o “Esquerda”.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa reveste-se de importância fundamental para um estado de dimensões geográficas muito reduzidas, como é o caso de San Marino.

Compreensivelmente, as prioridades da chancelaria samarinesa concentram-se nas relações com a Itália, reguladas por acordo de amizade e boa vizinhança celebrado em 1939.

As relações de San Marino com a União Europeia são disciplinadas por acordo firmado em 1991 e vigente a partir de 2002. Disposições constantes do acordo permitiam a revisão dos seus termos durante os cinco primeiros anos de sua entrada em vigor, mas, diante do silêncio das partes, não se procedeu a nenhuma modificação, o que suscitou críticas por parte de setores do empresariado local. Vigora com a União Europeia um acordo monetário, pelo qual San Marino adotou o euro como moeda oficial e obteve autorização para a sua cunhagem.

Em abril de 2010, San Marino adotou, em matéria alfandegária, a Decisão n.º 01/2010 “Omnibus” do Comitê de Cooperação União Europeia-San Marino, que reconfirma a plena vigência do acordo com a União Européia, pelo qual são recepcionados no ordenamento jurídico de San Marino os dispositivos legais referentes à união aduaneira com a UE.

Em 1988 San Marino ingressou no Conselho da Europa, cuja presidência exerceu de novembro de 2006 a maio de 2007.

Em 1992, o país foi admitido na ONU e, desde 2006, faz parte da OIPC (Interpol). Em junho de 2010, o Parlamento de San Marino aprovou a ratificação da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, e a ratificação do Protocolo Adicional àquela Convenção para combater o tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea.

Por razões óbvias, as relações bilaterais mais importantes de San Marino são com a Itália, e foram justamente essas as que mais progrediram nos últimos dois anos. Em 13 de junho de 2016 o então presidente Giorgio Napolitano realizou visita oficial a San Marino, a primeira de um chefe de estado italiano ao país em 24 anos. O motivo principal foi celebrar os 75 anos do tratado de amizade entre as nações, mas as condições que permitiram o evento aconteceram a partir da retirada, após 15 anos, de San Marino da “lista negra” em questões financeiras e tributárias.

O Chanceler Pasquale Valentini declarou que a visita de Napolitano “abriu uma nova era de cooperação entre os dois países”. Em sua última visita oficial a Roma, em junho de 2016, declarou que San Marino continua a adaptar-se aos padrões internacionais de transparência e cooperação na troca de informações para combate aos crimes financeiros.

A Itália, por sua vez, pretende atuar mais efetivamente como interlocutora de San Marino com as instituições da União Europeia. Atualmente está em negociação um acordo de associação entre a União Europeia e os pequenos estados de San Marino, Andorra e Mônaco.

Panorama geral da economia samarinesa

A base da economia de San Marino é o turismo. Em 2015, 1.888.032 turistas visitaram o país (o equivalente a 57 vezes a população local), o que representa queda de 6% com relação ao ano precedente. Cerca de 90% do PIB de San Marino concentra-se em seis setores da economia, a saber: industrial, bancário, público, de seguros, de comércio e de serviços. As demais atividades econômicas de relevo de San Marino são a intermediação financeira, os setores de eletrônica, indústria leve, cerâmica, além da filatelia e numismática.

Os efeitos da crise financeira internacional foram particularmente severos para a economia samarinesa. A contração econômica da Itália – destino de 85% das exportações samarinesas – refletiu-se de forma intensa em San Marino. De 2008 a 2014, a economia do país contraiu-se em 6,5% ao ano – o que se traduz em perda de cerca de um terço do PIB nacional. Em 2015, San Marino saiu da recessão, mas com crescimento de apenas 0,96%.

A crise econômica elevou a dívida pública para valor equivalente a mais de 25% do PIB. Até 2007, o débito do estado samarines era de cerca de 10% do PIB e a dívida líquida era negativa.

Exemplo do alto grau de dependência da economia de San Marino em relação à Itália foi a acentuada queda do PIB registrada em 2009, como resultado dos esforços do Governo italiano pela repatriação de capital ilegalmente enviado para fora da Itália. As relações entre San Marino e a Itália ficaram abaladas pelo esquema de repatriação de fundos, cujos efeitos foram classificados como “devastantes” pelas autoridades locais, que registraram a retirada de 35% do total de depósitos bancários do país. Na época, o então Ministro da Economia e das Finanças da Itália, Giulio Tremonti, classificou San Marino como “paraíso fiscal e destino de capital ilícito”.

Em resposta à pressão italiana, o Governo de San Marino reforçou as normativas do setor financeiro e afrouxou as regras de sigilo bancário, incrementando os mecanismos de combate à lavagem de dinheiro. Atualmente, San Marino conta com 66 empresas no setor financeiro e de seguros – número próximo à metade do total registrado em 2009. Essas instituições têm buscado encontrar novas fórmulas e modelos para a atração de capital estrangeiro, de acordo com as regras atualmente em vigor. De acordo com dados do FMI, 40% dos empréstimos do sistema bancário samarines são considerados créditos deteriorados (“non-performing loans”). As dificuldades dos bancos levaram o governo a fornecer recursos equivalentes a 13% do PIB ao sistema financeiro local.

O sistema tributário de San Marino obedece a estrutura simples, composta de tributos essenciais: a) imposto direto com escalonamento progressivo baseado na renda líquida; b) imposto proporcional pago por pessoas jurídicas (19% sobre a renda final, determinada como a diferença entre todos os elementos positivos e negativos da receita); c)

impostos sobre renda de pessoas jurídicas auferida no exterior, reconhecido o crédito fiscal relacionado a impostos que já tenham sido pagos no exterior, mesmo na ausência de convenção bilateral a respeito. São reduzidas as obrigações dos contribuintes perante a administração tributária no que diz respeito aos impostos sobre a renda, pagos a partir de simples declaração anual, sendo previstas deduções por créditos de imposto pago durante o ano. Entre os impostos indiretos, o mais relevante é o imposto único sobre a importação de bens ou mercadorias, de 17%, salvo determinadas categorias de bens, dependendo de sua destinação e utilização (por exemplo, alíquota de 6% sobre a importação de automóveis). Há ainda impostos sobre registros públicos, selo fiscal, heranças e hipotecas. Tais impostos são progressivos, proporcionais ou fixados segundo o ato a ser registrado.

Para a Receita Federal do Brasil, San Marino inclui-se entre os países com regime de “tributação favorecida”, de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 1.037, de 4 de junho de 2010, da Receita Federal.

Em 2016, foi assinado Acordo bilateral para Troca de Informações Tributárias com San Marino.

San Marino também se vê diante da necessidade de implementar mudanças na legislação trabalhista, hoje bastante rígida quanto à atração de mão-de-obra especializada. Atualmente, o mercado de trabalho é marcado pela baixa produtividade e por elevados salários médios. A taxa de desemprego saltou de 3,3% de 2006 para 9,2% em 2015. Em termos numéricos, em dezembro de 2015 San Marino computou 1.611 desempregados.

Comércio exterior

Entre 2010 e 2015, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 59%, porém observa-se um declínio nas exportações brasileiras, que praticamente foram nulas em 2015. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 6 milhões em 2010 para US\$ 9,6 milhões em 2015.

Calçados foram os principais itens brasileiros exportados para San Marino em 2015. Nos anos anteriores destacaram-se instrumentos de ópticas e médico-cirúrgicos. A seu turno, as importações brasileiras originárias de San Marino apresentaram alto grau de concentração. Os farmacêuticos somaram aproximadamente 88% das compras em 2015, seguidos de máquinas mecânicas.

Investimentos

Não há registro de investimentos bilaterais.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1815	Movimento de independência de San Marino incorpora a Terceira Guerra da
-------------	---

	Independência Italiana (<i>Risorgimento</i> Italiano).
1815-1825	Capitão-Regente Antonio Onofri encabeça o movimento de liberdade, reconhecido após o seu falecimento, em fevereiro de 1825, como o “Pai da Pátria” de San Marino.
1849	San Marino desempenha funções de porto e abrigo para refugiados e futuros combatentes da Guerra de Independência, como Giuseppe Garibaldi, em 1849.
1849	Áustria invade territórios de San Marino em agosto de 1849, para revistar casas e à procura de insurgentes da independência.
1854	Proclamação do Reino da Itália. A região de San Marino e seus esforços são lembrados por Garibaldi ao Rei.
1862	San Marino firma um acordo com o Reino da Itália, estabelecendo relações mútuas de estima, respeito e boa vizinhança. O Acordo também promulga a soberania e independência do Estado de San Marino.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1984	Estabelecimento formal de relações bilaterais.
2002	Embaixada do Brasil em Roma (Itália) passa a ser cumulativamente responsável pela representação do país junto a San Marino.
2002	Elevação do Consulado-Honorário de San Marino em São Paulo a Consulado-Geral de San Marino em São Paulo.

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo sobre Relações Consulares	14/12/1984	14/12/1984	14/12/1984
Acordo para intercâmbio de informações sobre matéria tributária	31/03/2016	Em tramitação	

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos de San Marino

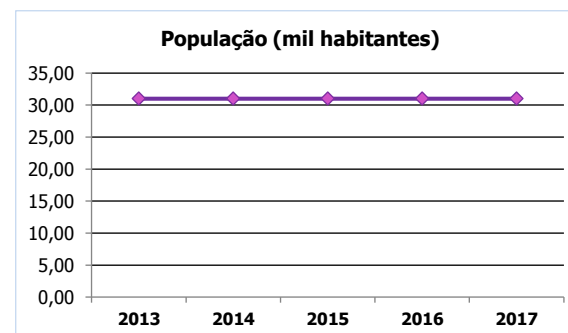
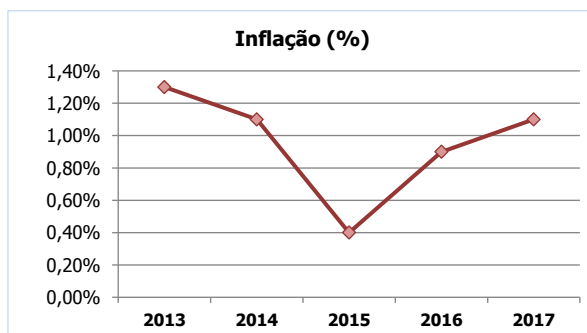
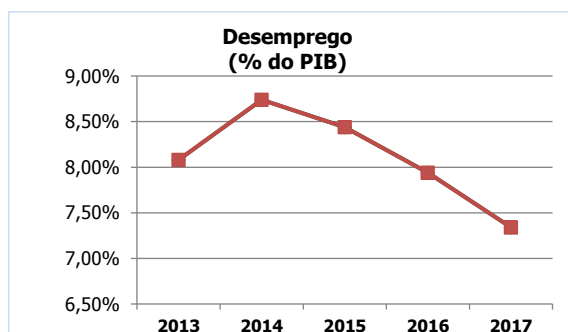
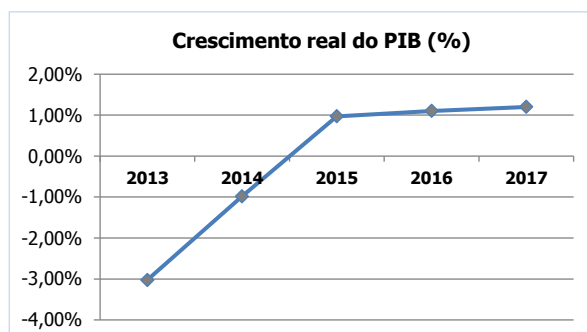
Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-3,03%	-0,98%	0,97%	1,10%	1,20%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,87	1,85	1,57	1,57	1,62
PIB nominal "per capita" (US\$)	59.323	58.794	49.847	49.991	51.526
PIB PPP (US\$ bilhões)	1,93	1,94	1,98	2,02	2,08
PIB PPP "per capita" (US\$)	61.403	61.839	63.104	64.464	66.181
População (mil habitantes)	31,00	31,00	31,00	31,00	31,00
Desemprego (%)	8,08%	8,74%	8,44%	7,94%	7,34%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,30%	1,10%	0,40%	0,90%	1,10%

Origem do PIB (2009 Estimativa)

Agricultura	0,1%
Indústria	39,2%
Serviços	60,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2016.

(2) Média de fim de período.



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - San Marino

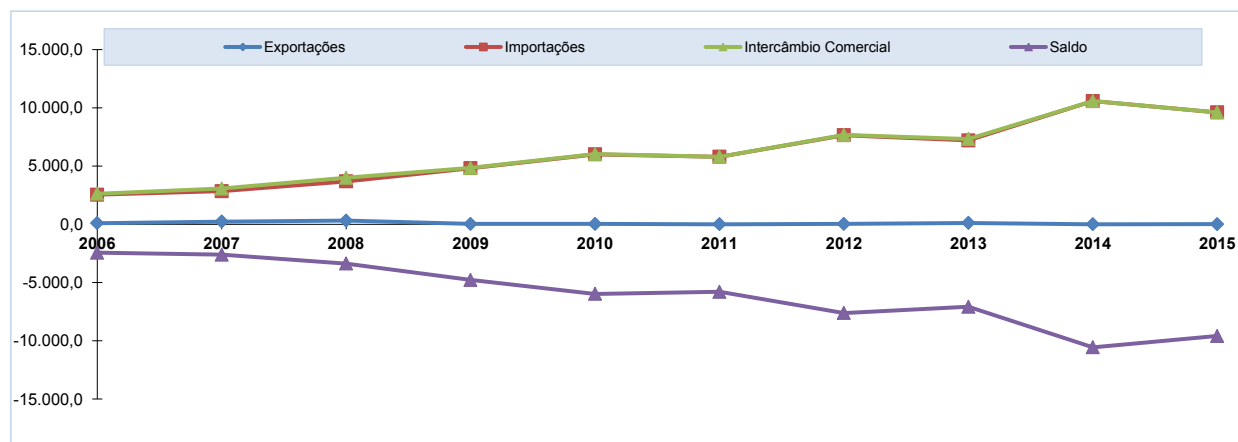
US\$ mil

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	92,8	-73,7%	0,00%	2.534	-40,9%	0,00%	2.627	-43,4%	0,00%	-2.442
2007	227,5	145,2%	0,00%	2.841	12,1%	0,00%	3.068	16,8%	0,00%	-2.613
2008	310,9	36,7%	0,00%	3.682	29,6%	0,00%	3.993	30,1%	0,00%	-3.371
2009	30,8	-90,1%	0,00%	4.809	30,6%	0,00%	4.840	21,2%	0,00%	-4.779
2010	28,6	-7,1%	0,00%	6.003	24,8%	0,00%	6.032	24,6%	0,00%	-5.974
2011	0,5	-98,3%	0,00%	5.794	-3,5%	0,00%	5.795	-3,9%	0,00%	-5.794
2012	27,1	(+)	0,00%	7.641	31,9%	0,00%	7.668	32,3%	0,00%	-7.614
2013	119,7	341,7%	0,00%	7.196	-5,8%	0,00%	7.316	-4,6%	0,00%	-7.077
2014	6,8	-94,3%	0,00%	10.570	46,9%	0,00%	10.577	44,6%	0,00%	-10.563
2015	8,3	21,8%	0,00%	9.598	-9,2%	0,01%	9.607	-9,2%	0,00%	-9.590
2016 (jan-mai)	1,1	-87,2%	0,00%	4.444	-5,8%	0,01%	4.445	-5,9%	0,00%	-4.443
Var. % 2006-2015	-91,0%	--	--	278,7%	--	--	265,6%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Composição das exportações brasileiras para San Marino
US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Calçados	18,1	15,2%	5,5	80,8%	8,3	100,0%
Instrumentos de precisão	0,0	0,0%	1,3	19,3%	0,0	0,0%
Carnes	80,2	67,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Outros prods origem animal	20,7	17,3%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	119,0	99,5%	6,9	100,0%	8,3	100,0%
Outros produtos	0,6	0,5%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	119,7	100,0%	6,8	100,0%	8,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

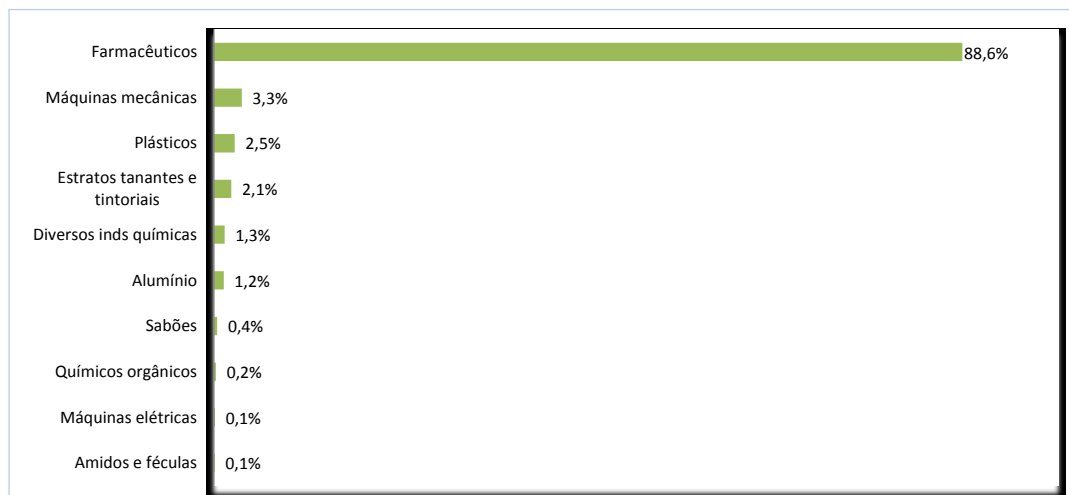


Composição das importações brasileiras originárias de San Marino
US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Farmacêuticos	6.552	91,0%	9.227	87,3%	8.506	88,6%
Máquinas mecânicas	585	8,1%	484	4,6%	317	3,3%
Plásticos	41	0,6%	216	2,0%	238	2,5%
Estratos tanantes e tintoriais	0	0,0%	103	1,0%	199	2,1%
Diversos inds químicas	0	0,0%	162	1,5%	122	1,3%
Alumínio	0	0,0%	33	0,3%	112	1,2%
Sabões	0	0,0%	33	0,3%	38	0,4%
Químicos orgânicos	0	0,0%	25	0,2%	23	0,2%
Máquinas elétricas	14	0,2%	54	0,5%	12	0,1%
Amidos e féculas	0	0,0%	0	0,0%	9	0,1%
Subtotal	7.192	99,9%	10.337	97,8%	9.576	99,8%
Outros produtos	4	0,1%	233	2,2%	22	0,2%
Total	7.196	100,0%	10.570	100,0%	9.598	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Vestuário de malha	0,0	0,0%	1,1	100,0%	
Calçados	8,3	100,0%	0,0	0,0%	
Subtotal	8,3	100,0%	1,1	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	8,3	100,0%	1,1	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Farmacêuticos	4.324	91,6%	4.288	96,5%	
Máquinas mecânicas	92	1,9%	59	1,3%	
Plásticos	92	1,9%	48	1,1%	
Diversos inds químicas	54	1,1%	31	0,7%	
Extratos tanantes e tintoriais	106	2,2%	12	0,3%	
Sabões	20	0,4%	4	0,1%	
Subtotal	4.688	99,4%	4.442	99,9%	
Outros produtos	30	0,6%	2	0,1%	
Total	4.718	100,0%	4.444	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.